

Carolina Joannes Rabelo

“A acumulação capitalista e o Estado no capitalismo dependente”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Tatiana Brettas

Rio de Janeiro

2016

CAROLINA JOANNES RABELO

A acumulação capitalista e o Estado no capitalismo dependente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Brettas
(ESS/UFRJ)**

**Avaliador: Prof.^o Dr.^o César Henrique Maranhão
(ESS/UFRJ)**

**Avaliador: Prof.^o Dr.^o Rodrigo Castelo
(ESS/UNIRIO)**

DEDICATÓRIA

Aos meus sinceros amores e com imenso carinho, dedico à Denilma, Carlos Augusto e especialmente ao meu eterno Ju.

AGRADECIMENTOS

Certa vez ainda no primeiro período, ouvi de uma respeitável professora que jamais sairíamos da Universidade tal como entramos. Seu conselho se resumiu apenas em dizer: “Viva a Universidade! Não apenas passem por ela”. Logo, venho aqui retribuir aqueles e aquelas que me ajudaram a viver esse momento e arduamente me impulsionaram diante dos percalços ocorridos ao longo destes quatro anos. Apesar de não estar da forma como idealizei, deixo claro que isso é apenas uma vírgula perto das reticências do saber.

À minha amada família (Denilma, Carlos Augusto e meu Ju), palavras jamais representariam a força que encontro em cada um de vocês para alçar voos frente aos desafios da vida. À minha mãe, um agradecimento em especial por todo amor, sabedoria e serenidade.

À minha amiga e orientadora, Tati, agradeço por todos os conselhos, toques e TOCS, além das inúmeras discussões frutíferas que me proporcionou ao longo da graduação. Fundamentalmente, necessito mencionar o imenso e intenso carinho construído. Agradeço por ser o aporte nas horas difíceis e pela sua constante dedicação profissional e pessoal comigo. Que seja sempre um até breve!

Às minhas companhias tão marcantes e especiais: Alex, Jéssica, Fillipi, Késsia e Dayane. Agradeço por criarem pontes que me fizeram viver tão intensamente o sentimento de amizade, carinho, respeito e alegria.

À todos e todas que contribuíram para meu pequeno e singelo processo formativo acadêmico. Agradeço a categoria docente pelos debates em aula e pelas reflexões políticas e aos diversos terceirizados com quem pude tirar lições de vida.

E por último, não posso deixar de agradecer aos que antecederam, permaneceram e até mesmo aos ausentes nessa reta final, à vocês e aos demais citados acima: obrigada.

RESUMO

RABELO, Carolina Joannes. **A acumulação capitalista e o Estado no capitalismo dependente**. Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O presente trabalho tem por objetivo estudar a acumulação de capital no modo de produção capitalista e o Estado no capitalismo dependente. Para isso, esta pesquisa buscará resgatar processos históricos, políticos e econômicos que nos permitam analisar como a acumulação capitalista numa economia dependente tem se expressado a partir dos anos 1970 com um largo contexto de financeirização e mundialização do capital. Nesse sentido, coloca-se como primordial percorremos algumas categorias centrais ao debate, tais como: exploração, expropriação, capital financeiro, financeirização, Estado. Compreende-se que o resgate da teoria do valor discorrida por Marx é de suma importância para analisarmos como este modo de produção está assentado na exploração da classe trabalhadora. Ademais, esta monografia busca através dos acúmulos da Teoria Marxista da Dependência analisar como a incisiva ação do Estado garante a acumulação de capital, em âmbito nacional e internacional, nos países dependentes através da intensificação da exploração da força de trabalho. Desse modo, os capítulos procurarão condensar o debate da acumulação capitalista e do Estado enquanto garantidor das condições gerais de acumulação e a responsabilidade de associar esse processo as especificidades encontradas numa economia dependente, onde o Brasil será apresentado utilizado como forma de exemplificação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	13
1.1 A marca da expropriação / exploração no processo de acumulação capitalista.....	14
1.2 A crescente e permanente expropriação da classe trabalhadora no modo de produção capitalista.....	19
1.3 Imperialismo, capitalismo monopolista e capital financeiro.....	23
1.4 Financeirização, crise dos anos 1970 e intensificação dos fluxos financeiros.....	30
CAPÍTULO 2. O PAPEL DO ESTADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	
2.1 O capitalismo dependente na América Latina.....	39
2.1.1 O Estado no capitalismo dependente.....	44
2.2 Brasil.....	50
2.2.2. A programática neoliberal e as alterações do Estado brasileiro.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57

INTRODUÇÃO

A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. (MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Boitempo: [1848] 2010).

A construção deste trabalho é um resultado do processo de formação que me ocorreu ao longo da graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O despertar mais aprofundado para o debate sobre a exploração da força de trabalho, que percorrerá todo o conteúdo desta análise, ainda se iniciou no decorrer do período de monitoria da disciplina Questão Social no Brasil em 2014, quando as discussões acerca das expressões da questão social e o acirramento da luta de classes no contexto atual me chamavam a atenção de uma forma um tanto quanto embrionária.

O momento de inflexão e início de um pequeno amadurecimento acadêmico, pode ser datado na minha inserção nos seguintes grupos de pesquisa: “*Os grandes grupos econômicos: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital na nova fase do capitalismo dependente no Brasil (1990-2012)*” e no Núcleo de Estudos Marxistas sobre Política, Estado, Trabalho e Serviço Social (PETSS/ESS-UFRJ). Tal período permitiu a minha aproximação com a teoria marxista de forma mais intensa. Contudo, foi nos preciosos momentos de discussão sobre a financeirização do capital, a superexploração da força de trabalho e os impactos destes movimentos sobre os recursos do fundo público que agucei a ideia de falar sobre o tema aqui discorrido.

A princípio, a monografia tinha por pretensão abordar a relação entre dívida pública e a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Contudo, esse estudo necessitou ser redirecionado devido a minha inserção no mestrado

acadêmico. Porém, os temas aqui tratados são pressupostos essenciais para a discussão inicialmente pretendida.

Dito em poucas palavras, este trabalho de conclusão de curso é produto de constantes inquietamentos e reflexões individuais e coletivas no decorrer do meu processo formativo acadêmico, onde têm-se por objetivo sintetizar minimamente a discussão sobre a acumulação capitalista e o Estado no capitalismo dependente.

Apesar dos percalços percorridos que me fizeram redefinir o tema, considero como de suma importância atentarmos cada vez mais para o papel desempenhado pelo Estado capitalista numa economia periférica.

O caráter dependente dos países latino-americanos no jogo da acumulação de capital em âmbito mundial é um ponto crucial de análise. Pois, se partirmos do pressuposto que o Estado garante as condições gerais de acumulação, também necessitamos frisar as particularidades estruturais expressas em suas ações, visto que são diretamente marcadas pela formação socioeconômica dos países da América Latina.

Compreendendo a importância deste assunto para o acúmulo do debate acerca das políticas sociais, do Estado e das expressões da questão social para o Serviço Social, a discussão sobre a acumulação capitalista nas economias dependentes coloca-se como essencial. Não só para entendermos o modo como o Estado tem garantido as condições gerais de acumulação capitalista, mas também para criarmos instrumentos de reflexão e de politização acerca da exploração da força de trabalho. Para tanto, retomar alguns processos históricos, políticos e econômicos é de suma importância.

Nesse sentido, precisamos lembrar que, desde o processo de acumulação primitiva até os dias atuais, o modo de ser da produção capitalista, baseia a construção das suas relações sociais sob a degradação e a intensa alienação daqueles que só podem vender a sua força de trabalho como fonte de sobrevivência, em contraposição ao crescente acúmulo de riquezas por aqueles que os exploram, a classe burguesa. Seja através da expropriação, seja por meio da apropriação sistemática do mais-valor, produzido pelo trabalhador na esfera da produção, torna-se inerente ao capitalismo a exploração de uma classe sobre a outra.

A clarividência dessa afirmativa, diante da presente crise do capital, pode ser notada nas inúmeras tentativas de difundir a ideia de uma possível obsolescência do trabalho perante a robusta rentabilidade das finanças. Mistifica-se nesse processo, a centralidade da produção do valor no desenvolvimento da acumulação de capital dentro do sistema capitalista, em sua fase monopólicia, principalmente num contexto de alta financeirização da economia, em que se constata um forte aumento dos processos de concentração e centralização de capital.

Nesse sentido, percebemos que são obscurecidas as fortes disputas entre as diversas formas que o capital apresenta, com vistas a ter frações cada vez maiores da extração de mais-valor. A sustentação desse tipo de análise está amparada na mera aparência de um capital que se autorreproduz e se autonomiza, isto é, que estaria desligado dos interesses relacionados à esfera produtiva, como se fosse possível gerar um montante de rendimentos independente da produção.

Contudo, essa é somente a sua aparência. No capítulo um, teremos como forte preocupação demonstrar que é na essência das relações sociais travadas no âmbito da produção que emerge o seu conteúdo, o que permite apontar seu caráter fetichista. Buscaremos explicitar que o ganho gerado pelas finanças só é possível através da produção social de riquezas, ainda que a primeira contribua para minar os seus alicerces. Para que se compreenda tal fetichismo gerado pela esfera financeira, reafirmamos a teoria do valor trabalho discutida por Marx, retomando categoricamente a sua vigência nos dias atuais.

Para isso, é necessário que alimentemos a compreensão sobre a mundialização do capital e o processo de desregulamentação e liberalização da economia, a qual dentre muitos fatores, se assenta no reforço da dependência dos países periféricos frente aos que estão inseridos no circuito imperialista.

A reflexão deste ponto permite pensar o mito integralizador da mundialização do capital. Veremos no capítulo dois que, ao contrário da visão difundida atualmente sobre a perda da importância dos Estados nacionais, autores como David Harvey e Jaime Osório têm demonstrado que a ação estatal é essencial para potencializar a mundialização do capital e acirrar a hierarquia e desigualdade entre as nações e regiões.

Deve-se destacar que a vigorosa atuação do Estado no capitalismo dependente ganha novos contornos com a crise estrutural do capital de 1970, entretanto, sua essência se manterá assentada na necessidade de garantir a subordinação aos países imperialistas por meio da constante transferência de valor aos países centrais e na incisiva superexploração da classe trabalhadora.

O reflexo da demanda do capital nacional e internacional de continuar com grandes margens de lucratividade pode ser visto na necessidade da atuação incisiva do Estado, na expropriação via dívida pública, sob o discurso de cortar os gastos sociais, a fim de promover acentuadamente reformas e privatizações dos serviços públicos, e fundamentalmente das políticas sociais. Este fato conduz a uma ideia de socialização do ônus de modo igualitário, não permitindo assim que a classe trabalhadora, alienada de tais fatores, faça o devido questionamento e constata que isso funciona por meio de uma sangria aos frutos produzidos socialmente. Tal processo tem sido percebido na redução do acesso aos bens vitais de sua reprodução e a erosão das bases essenciais dos direitos sociais conquistados historicamente.

O que está por trás de tal discurso é o favorecimento de uma fração de classe burguesa, a rentista, que sobrevive de modo parasitário nas finanças através da especulação. Combinado a isso, ocorre a superexploração da parcela essencial à essa lógica: a classe trabalhadora. Mais que isso, dessa forma, expõe-se a contradição no momento atual do modo de produção capitalista: uma vez que setores da classe burguesa alegam uma possível obsolescência do trabalho, e através disso, produzem cada vez mais mecanismos que corroem as suas bases, tais como reduzir os meios de reprodução da força de trabalho, em contraposição, aumenta-se e intensifica-se aquelas formas já existentes de meios de extração do mais-valor. Ou seja, a tentativa de ofuscar o “mal necessário ao capitalismo” - nas palavras de Karl Marx-, e aqui refiro-me a produção, só contribui para que se demonstre o quanto o trabalho é vital à (re) produção do modo de produção vigente.

A partir desse panorama, o presente trabalho tem por objetivo estudar como a acumulação capitalista ocorre nas economias dependentes. Foca-se na ação do Estado para viabilizar e intensificar a exploração e expropriação da força de trabalho.

Assim, no capítulo 1 será discorrido o processo de acumulação do capital e sua valorização por meio da exploração. Ademais, será abordado o processo de acumulação capitalista, após o período de crise do capital na década de 1970 e como tal processo contribuiu para a financeirização da economia mundial. Tais pressupostos serão de suma importância para a compreensão da dinâmica atual.

Já o capítulo 2 traz consigo a responsabilidade de entender e articular as particularidades históricas, políticas e econômicas no capitalismo dependente e seus reflexos sobre a questão social. Busca-se discorrer sobre o papel do Estado brasileiro, inserido de modo semi-periférico no capitalismo, como um meio de exemplificar a ação estatal em parâmetros dependentes.

Capítulo 1 – A acumulação de capital no modo de produção capitalista

A compreensão do processo de acumulação de riqueza sob a égide do modo de produção capitalista coloca uma extrema necessidade de sairmos da aparência dos fatos para buscar na essência de suas contradições, o movimento dinâmico de sua história. Partindo de um referencial teórico crítico, o materialismo histórico dialético marxista, procuraremos os aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que permeiam a estrutura capitalista.

Importantes elementos na análise da acumulação do capital serão percorridos neste capítulo inicial, onde um deles é justamente o desvelar da exploração da força de trabalho sob o comando do capital. O destrinchar de um sistema que se assenta na subsunção real do trabalho ao capital, conduzido pelo fetichismo da mercadoria, é o norte para compreender em quais bases está a acumulação capitalista.

Karl Marx, n'O Capital, livro I, capítulo XXIII, ao abordar a Lei Geral da Acumulação Capitalista expressa que, nesse modo de produção, a produção de riqueza num pólo corresponde necessariamente a produção de miséria no pólo oposto. Nesse sentido, tentaremos entender o fato de no capitalismo, durante a (re) produção do capital, ser vital a separação do trabalhador dos meios que asseguram a sua sobrevivência.

Ademais, temos por objetivo central neste capítulo abordar as mudanças na dinâmica da acumulação de capital. Um momento importante está na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, onde o processo de concentração, centralização e o surgimento do capital financeiro, acentuará ainda mais os impactos da Lei Geral da Acumulação.

Tais pressupostos são de grande relevância para estudarmos a atual fase da acumulação, a qual tem sido marcada por uma forte influência do capital financeiro, num contexto de mundialização do capital e de aprofundamento da financeirização para a totalidade da vida social.

Dessa forma, vale ressaltar, que este capítulo tem como enorme preocupação estabelecer constantemente os nexos estruturais sobre a dinâmica de acumulação e a

exploração da força de trabalho dentro do processo produtivo, reafirmando assim, a centralidade do trabalho no processo de acumulação do capital.

1.1 A marca da exploração no processo de acumulação capitalista

Entender a dinâmica da acumulação capitalista, requer que se assente, solidamente, as bases no processo de extração de mais-valor, só assim, poderemos compreender como a força de trabalho é a fonte do lucro do capitalista e o sustentáculo deste modo de produção. Para tanto, buscaremos refletir como é somente na produção de mercadorias na esfera produtiva que há o processo de valorização do capital.

Isso só se torna possível quando analisamos a forma pela qual os homens e as mulheres produzem valores de uso em busca da satisfação das suas necessidades sociais e vitais, através de uma atividade orientada à um fim, o trabalho, isto é o:

processo entre o homem¹ e a natureza [...], em que [...] por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, [1867] 2013, I, p. 256).

Cabe sublinhar o seguinte fato: no capitalismo, é através do processo de trabalho voltado para a produção de mais-valor que há a produção de mercadorias. Por esta, podemos entender “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (MARX, I, [1867] 2013, p.113). Contudo, “*nem tudo que possui valor de uso resultante do trabalho é mercadoria*” (NETTO e BRAZ, 2010, p.79, grifos dos autores). Para que seja, é preciso duas condições indispensáveis:

Em primeiro lugar, só constituem mercadorias aqueles valores de uso que podem ser *reproduzidos*, isto é: produzidos mais de uma vez, repetidamente [...] Em segundo lugar, porque a *mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda*; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor não são mercadorias - somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem [...] Assim, portanto, a *mercadoria é*

¹ A palavra homem é utilizada no sentido do ser humano genérico, isto é, incluindo homens e mulheres.

uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca. (NETTO e BRAZ, 2010, p.79-80, grifos dos autores).

Entretanto, no modo de produção capitalista, sua complexificação se dá quando a lógica de mercantilização ultrapassa o lado estritamente material. No capitalismo há a generalização das relações mercantis capitalistas para a totalidade da vida social. Portanto, essencialmente sob o regime burguês, ocorre um processo de mercantilização das relações sociais, visto que:

Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas - **tudo** é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como o modo de produção de mercadorias. (NETTO e BRAZ, 2010, p.95, grifo dos autores).

Agregado a isso, será dentro da produção de mercadorias, na produção de mais-valor, que se revelará um tipo específico de exploração. A ocorrência de tal fato pode ser demonstrada quando Marx analisa a diferença específica da produção capitalista, uma vez que “o que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’” (MARX, I, [1867] 2013, p. 257). Sendo assim, entender o modo como a produção passa a ser dividida entre duas classes sociais, isto é, de um lado, os proprietários dos meios de produção e do outro os seres que sobrevivem da venda da sua força de trabalho, é crucial, pois, diferentemente de outras formas sociais, a produção de mercadorias no capitalismo requer a separação entre o trabalhador e os meios de produção e a força de trabalho assalariada. Desse modo:

o que importa sublinhar é que a produção mercantil capitalista, à diferença da produção mercantil simples, assenta na *exploração da força de trabalho*, que o capitalista compra mediante o *salário*. Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na *exploração do trabalho* - reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista. (NETTO e BRAZ, 2010, p.83, grifos dos autores).

Nesse sentido, no modo de produção regido pelo capital, a transformação da força de trabalho numa mercadoria não pode ser analisada como outra qualquer, pois esta possui um valor de uso específico. Em contraposição aos meios de produção

(capital constante), que “apenas têm *transferido* o seu valor à mercadoria que está sendo produzida” (NETTO e BRAZ, 2010, p.98, grifos dos autores), a força de trabalho (capital variável) é a raiz do lucro capitalista; ela possui a qualidade única que a distingue das demais: é “fonte de valor, e de mais-valor” (MARX, I, [1867] 2013, p. 270). Logo,

a força de trabalho [...] ao ser utilizada [...] produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na utilização (uso) - e este último é maior que o primeiro. (NETTO e BRAZ, 2010, p.100, grifos dos autores).

Ademais, como o objetivo do burguês é sempre a valorização de seu capital, a força de trabalho no modo de produção capitalista passa a ser convertida em objeto de consumo do capitalista no processo de trabalho, ou seja, na produção de mercadorias voltadas para a troca.

Para o capitalista, o processo de trabalho é apenas o consumo de diversas mercadorias por ele adquirido. Isso fica claro quando vemos que o alvo do comprador da força de trabalho, o capitalista, é a produção de uma mercadoria voltada para a venda. Porém, a “produção de mais-valor, ou criação de excedente é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, [1867] 2013, I, p. 695). Assim, é necessário “produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, [1867] 2013, I, p. 263). Dessa forma, podemos compreender o “processo de produção também como processo de formação de valor” (MARX, [1867] 2013, I, p. 268).

Após o desvelamento de tais fatores, percebe-se a subsunção do valor de uso da força de trabalho ao seu valor de troca, uma vez que é tratada pelo capitalista como uma mercadoria equivalente a todas as outras que estão no processo produtivo por ele também compradas. No entanto, essa é somente a sua aparência no jugo capitalista, posto que, seu conteúdo consiste no “[...] valor que ela cria durante uma jornada” de trabalho, o qual representa “[...] o dobro de seu próprio valor diário”, e como bem continua apontando Marx: “tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para

o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor” (MARX, [1867] 2013, I, p. 271).

A partir disso, a qualidade única da força de trabalho se reafirma. Dentre todas as mercadorias, ela é a única que cria valor, gera um valor superior ao seu custo, um valor excedente. É justamente esse valor denominado de mais-valor (ou mais-valia), que o capitalista se apropria, ainda que não reconheça tal fator e apenas apresente essa relação sob o aspecto contratual. Dessa maneira, “ao *extrair* do trabalhador a mais-valia -, o capitalista não deixou de pagar o valor da força de trabalho: é que o salário representa sempre um montante *inferior* ao produzido na jornada de trabalho” (NETTO e BRAZ, 2010, p. 101, grifos dos autores). Deve-se mencionar que a jornada de trabalho divide-se em duas partes: uma é o “trabalho necessário, cobrindo as necessidades de reprodução da força de trabalho na forma de salários; outra parte é trabalho excedente, ou seja, mais-valia, valor acrescentado” (NETTO E BRAZ, 2010, p. 101). É justamente através dessa relação entre trabalho necessário e trabalho excedente que se obtém a taxa de exploração do trabalho.

No entanto, Marx revela dois fenômenos característicos e inerentes ao capitalismo. Em primeiro lugar:

o trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho, e em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer mercadoria [...] pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas seu valor de uso (MARX, [1867] 2013, I, p. 262).

O que nos permite evidenciar o pilar do modo de produção capitalista: a exploração; a apropriação do excedente produzido pelo trabalhador na produção. Desta forma, pode-se entender que na produção de mercadorias se tem por objetivo fundamental a extração de mais-valor, para além disso, no modo de produção capitalista “o trabalho é, *além* de processo de criação de valor, *processo de valorização do capital*” (NETTO e BRAZ, grifos dos autores, 2010). Assim, fica exposto “que o capital persegue apaixonadamente é o acréscimo de valor que apenas a subsunção do trabalho ao capital e sua exploração no processo de produção, que conjuga ao mesmo

tempo processo de trabalho e de valorização, podem concretizar” (BEHRING, 2010, p. 16). Por conseguinte, podemos entender a razão pela qual a expressão meramente formal do trabalho assalariado oculta o trabalho gratuito realizado no processo produtivo, camuflado pela relação monetária expressa no preço da força de trabalho, o salário.

O processo de valorização ocorre “porque a força de trabalho não é remunerada pelo o que produz, mas pelo cálculo social de suas necessidades de reprodução como tal” (BEHRING, 2010, p.17), devido a “aparência enganadora do trabalho assalariado”, onde “dentro do sistema do salariado, até o trabalho não pago *parece* trabalho pago” (MARX, [1844] 1982, p.165, grifos meus). Numa breve comparação sobre a diferenciação entre o trabalho do camponês e o trabalho assalariado na sociedade burguesa, o autor nos mostra que “no primeiro caso, o trabalho não remunerado é visivelmente arrancado pela força; no segundo, parece entregue voluntariamente. Eis a única diferença” (MARX, [1844] 1982, p. 166).

Inicia-se assim, a alienação no processo produtivo, onde o produto se separa do trabalho, torna-se alheio ao trabalhador, constituindo então, o fetichismo da mercadoria:

Trata-se de uma relação física entre coisas físicas [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...] Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os outros homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho. (MARX, [1867] 2013, I, p. 148).

Para além disso, o fato da jornada de trabalho ser contínua e a classe trabalhadora operar meios de produção que não lhe pertencem, num local físico que é de propriedade privada do capitalista, contribui para o ocultamento da exploração, uma vez que cria-se a falsa noção de que o salário remunera todo o trabalho (NETTO e BRAZ, 2010).

Novamente, a aparência é desnudada através da análise do seu conteúdo: a exploração do capital sobre a força de trabalho, de acordo com o viés da sociabilidade burguesa, defensora do desenvolvimento entre “homens e mulheres livres e iguais”,

explora-os de modo velado, criando uma invisibilidade para a centralidade do trabalho no processo de acumulação de capital. Contudo, já nos germes dessa tentativa de alienação do trabalho, percebe-se a sua premissa vital: a incessante necessidade da apropriação de mais-valor.

Partindo desses pressupostos, no próximo item, iremos discorrer sobre o processo de expropriação nos primórdios do desenvolvimento da sociedade capitalista e como muitos desses recursos se mantêm em escala crescente. Pois, compreende-se que tal modo de produção, para estabelecer a sua dominação sob os mandos e desmandos do capital, ainda lança mão da violência brutal a fim de transformar e manter o gênero humano em uma classe assalariada. Ademais, aponta-se que muitos desses mecanismos utilizados, já no período primitivo do capital, ganharam novos relevos e foram refinados na dinâmica atual de acumulação, a fim de intensificar a exploração.

1.2 A crescente e permanente expropriação da classe trabalhadora no modo de produção capitalista

[...] a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer o seu pão com o suor do seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. (KARL, Marx. *O Capital*, livro I, capítulo XXIV, p. 785).

A consolidação do modo de produção capitalista só foi possível após uma prévia acumulação primitiva de recursos sociais, a qual pode ser exposta, como o ponto de partida da sociedade burguesa. No capítulo XXIV d'*O Capital*, intitulado de *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx discorre exaustivamente sobre o papel que a acumulação prévia de capital desempenhou, assimilando-a ao papel do pecado original na teologia, já sinalizado na epígrafe, em que se pode datar “a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma” (MARX, [1867] 2013, I, p. 785).

O processo fundante das bases para a constituição da sociedade capitalista se deu por meio da expropriação, no período de transição - e imposição - da classe

trabalhadora para uma força de trabalho assalariada dentro dos moldes da exploração capitalista. Como nos mostra Marx, este:

não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, [1867] 2013, I, p. 786, grifos meus).

Dessa maneira, a acumulação primitiva representa a gênese do capital e da exploração do gênero humano sob a sociabilidade burguesa e o modo pelo qual ocorreu a expropriação “está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, [1867] 2013, I, p.787), uma vez que, tal sistema, se desenvolveu (e desenvolve) por meio do roubo, da violência brutal e do submetimento à força do trabalho à lógica do capital.

O primeiro processo de separação da classe que vive da sua venda de força de trabalho dos seus meios de produção, foi a expropriação de terras, via confisco das terras comunais e a sua transformação em lavouras de pastagens (MARX, [1867] 2013, I, p. 790), por intermédio de uma truculenta usurpação sob o aval das inúmeras legislações criadas no século XV até o século XVIII, onde “a própria lei se torna, agora, o veículo dos roubos das terras do povo” (MARX, [1867] 2013, I, p. 796).

É justamente sob o discurso de “libertação” da classe trabalhadora, a fim de torná-la uma classe de indivíduos “livres e assalariados” que o período da acumulação originária de capital imprimiu diversas formas de impulsionar os moldes da sociedade capitalista. Porém, se verifica, que o modo de produção emergente, o capitalismo, por meios nada idílicos, “exigia, ao contrário, [...] uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, [1867] 2013, I, p. 792).

Podemos citar como as principais formas para alavancagem da acumulação primitiva: o sistema colonial, o sistema de endividamento dos Estados via dívida pública, o moderno sistema tributário e o protecionismo. Contudo, necessitamos ressaltar que ambos “lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista” (MARX, [1867] 2013, I, p. 821).

Entretanto, precisamos salientar o fato de Marx afirmar que a sociedade capitalista no processo de separação da força de trabalho dos seus meios de produção: “não apenas conserva essa separação, mas *a reproduz em escala cada vez maior*” (MARX, [1867] 2013, I, p.786, grifos meus). Este fato, aponta para uma indispensável atualização das formas utilizadas para expropriar a classe trabalhadora já que, tal como no processo de gênese do capital, mantém-se a necessidade da reprodução da dinâmica de acumulação capitalista. Logo, entendemos que a “acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência” (HARVEY, 2013a, p. 120), como já foi enunciado acima, segue contínua no estágio atual.

Apesar desta interpretação não ser consensual, David Harvey é um dos autores que defende a ideia de que “todas as características da acumulação primitiva que Marx mencionou permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (HARVEY, 2013a, p. 121). O autor argumenta ainda que por muitas vezes apresentam um caráter mais aprimorado a fim de desempenhar um papel ainda mais forte que anteriormente, como destaca o autor.

Portanto, para que isso ocorra, tais mecanismos foram complexificados no presente momento da acumulação de capital, onde por vezes, trazem os traços da acumulação primitiva nas suas características, que segundo o autor, estão evidenciadas na:

mercadificação e privatização da terra, bem como a expulsão pela força de populações camponesas (...); a conversão de várias formas de direito de propriedade (comuns, coletivas, estatais etc) em direitos de propriedade exclusiva (...); a supressão dos direitos aos bens comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (nativas) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação privada de ativos (incluindo, recursos naturais); a monetização do câmbio e taxaço, principalmente da terra; o comércio de escravos (...); e a usura, a dívida nacional e o aspecto mais devastador de todos: o uso do sistema de créditos como meio radical de acumulação por espoliação” (HARVEY, 2013b, p. 171-172).

Ele deixa claro também que, em outros momentos, esses mecanismos trazem elementos inteiramente novos, o que o leva a cunhar o termo “*acumulação por espoliação*”. Esta categoria é desenvolvida no livro *O novo imperialismo*, onde o autor busca atualizar as formas de expropriação discutidas por Karl Marx no capítulo XXV

d’O *Capital*, no livro I, intitulado de: *A assim chamada acumulação primitiva*. Tal categoria, apesar de envolver inúmeros debates polêmicos, mostra-se uma importante contribuição de Harvey para a teoria marxista, uma vez que faz o esforço de trazer elementos para atualizar o debate sobre a expropriação no capitalismo contemporâneo. Dentre suas principais expressões estão:

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos da dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer da fraude corporativa e do desvio de fundos (...) decorrente de manipulações do crédito e das ações (HARVEY, 2013a, p. 123).

Porém, “tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos” (HARVEY, 2013a, p.123). Caminhando na mesma linha de Marx, Harvey atenta que o “Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e promoção desses processos” (HARVEY, 2013a, p. 121).

Desse modo, ao indagar sobre como qualificar de “primitivo” um processo em andamento, Harvey (2013a), por meio de análises sobre a acumulação por espoliação, isto é, a procura de capitalistas por escoadouros para os excedentes de capital (conjugado com excedentes de força de trabalho) diante da sobreacumulação, busca demonstrar como é vital para o sistema capitalista a expropriação crescente e permanente da classe trabalhadora. Assim:

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significa tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. (HARVEY, 2013a, p. 124).

Nesse sentido, podemos entender que o autor, ao se referir à acumulação por espoliação, demonstra uma forte imbricação entre a utilização dos poderes do Estado e

a utilização de sua força para a reprodução capitalista. Atenta ainda, para os momentos de crise, quando diz que a “acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação” (HARVEY, 2013a, p. 129).

Dessa maneira, compreendendo a relevância de ver esses processos como dinâmicos e em escala cada vez maior, no item seguinte, iremos articular como a forma de ser do capital no atual estágio do desenvolvimento capitalista, estimula fortemente a lógica de espoliação.

1.3 Imperialismo, capitalismo monopolista e capital financeiro

[...] o capitalismo garantiu uma situação privilegiada a um *punhado* (menos de um décimo da população mundial, ou, em cálculo mais amplo e generoso, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com o simples “corte de cupom”, saqueiam o mundo. (LENIN, Imperialismo, estágio superior do capitalismo, [1917] 2012, p.33, grifos do autor).

Apesar das inúmeras tentativas de grandes autores em produzirem uma ideia sobre a livre concorrência como uma lei natural do capitalismo, entendemos que “a livre concorrência irá gerar a concentração da produção, a qual num certo grau do seu desenvolvimento conduz ao monopólio”, o que, contudo, não a elimina (LENIN, [1917] 2012, p.42).

Marx ao discorrer sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista já demonstrava que o modo de produção capitalista se caracteriza pela contínua busca por reverter o mais-valor em capital em escala cada vez mais ampliada. Isso conduz a um certo grau da acumulação através dos inúmeros capitais individuais, onde “cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção” (MARX, I, [1867] 2013, p.701).

O que o autor já visualizava é que a concorrência capitalista e sua incessante necessidade de extração de mais-valor culminaria no processo de concentração crescente dos meios de produção nas mãos destes capitalistas individuais, e geraria uma tendência a centralização destes capitais.

Será a partir das contribuições de Marx e do aprofundamento de tais questões por Lenin, Hilferding e outros autores, que buscaremos entender como esse processo têm-se dado na atual dinâmica de acumulação do capital, a qual predomina o estágio do capitalismo imperialista sob a forma dos monopólios. Destacamos que este é o produto da competição, onde a monopolização e uma política imperialista estão relacionadas de forma direta, como aponta Harvey (2013a).

Ao analisar o surgimento dos monopólios no final do século XIX, Lenin aponta que, no fim deste século, num contexto de crise, “os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica” (LENIN, [1917] 2012, p. 44). Esses cartéis e os trustes que se formaram, concentravam uma grande parte de toda a produção de um determinado ramo industrial e se utilizavam deste fator para estabelecer a regulação dos preços, condições de venda, de produção, influenciar o sistema político etc. Para o autor isso significou a entrada no estágio imperialista, onde:

O capitalismo, em seu estágio imperialista, conduz praticamente à socialização integral da produção; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para uma nova ordem social, de transição entre a mais livre concorrência e a completa socialização. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada [...] Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável. (LENIN, [1917] 2012, pg 47-48).

O autor nos demonstra que no estágio imperialista, o capitalismo levará a concentração a tal ponto que, esses grupos monopolistas irão partilhar entre si a força de trabalho, os meios de produção, os meios de comunicação e as matérias-primas de um determinado país, ou de muitos, devido a sua incontrolável necessidade de expansão, muitas vezes se utilizando de relações de dominação e violência.

Ademais, neste momento, acirra-se a contradição inerente ao capitalismo: uma crescente socialização da produção com uma apropriação da riqueza produzida sendo cada vez mais privada. Para tanto, carece salientar que:

[...] a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*. Essa organização - na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel redimensionado - comporta níveis e formas

diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste. (NETTO, 2011a, p.20, grifos do autor).

Durante o período caracterizado pelos monopólios, cabe sinalizarmos a contribuição efetiva do papel dos bancos, o qual será redimensionado neste momento. Se antes os bancos possuíam a função de intermediários, onde convertiam “o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam à disposição dos capitalistas” (LENIN, [1917] 2012, p.55). Após o desenvolvimento do processo de concentração bancária no estágio imperialista, se mudará drasticamente esse papel, tornando-o uma associação de um punhado de monopolistas, como destaca Lenin ([1917] 2012).

Um fator importante que contribuiu para a alteração desse papel foi a constituição das sociedades anônimas em detrimento das empresas individuais. Essa mudança altera drasticamente o controle da propriedade. Hilferding a caracteriza da seguinte forma:

A sociedade anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capitais em ações; o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido; seu direito de voto e sua influência naturalmente se regulam, por isso, pelo tamanho do seu investimento. O capitalista só é capitalista na medida em que dispõe de capital e só se diferencia dos outros em termos quantitativos. Em tais condições, todo o poder de mando se concentra em mãos do acionista majoritário. (HILFERDING, [1910] 1985, p.121).

Portanto, sob a forma de sociedades anônimas é necessário ser apenas o proprietário de uma parte do capital para controlar o capital alheio, e assim, controlar toda a propriedade. Isso se torna possível através do mercado de ações, ou seja, a Bolsa de Valores, diferentemente do que ocorre na empresa individual. Como complementa o autor, no “desenvolvimento do sistema acionário acaba se formando uma técnica financeira própria, cuja missão é a de assegurar ao menor capital próprio possível o domínio sobre o maior capital alheio possível” (HILFERDING, [1910] 1985, p.123), o que a coloca numa posição privilegiada para os interesses do capitalismo monopolista.

Além disso, as sociedades anônimas também possibilitam reunir capitais que outrora se encontravam pulverizados; dispersos. As proporções de capitais monetários

disponíveis rompem as barreiras pessoais e viabilizam projetos que seriam impossíveis para um empresário individual. Dessa forma, cabe enfatizar que a “sociedade anônima recorre diretamente ao capital conjunto da classe capitalista” (HILFERDING, [1910] 1985, p.127).

Assim, por meio do sistema de participação e da concentração do capital-dinheiro, os bancos passaram de um mero intermediário para o controlador da empresa, uma vez que conseguem ter um conhecimento pormenorizado do seu sistema financeiro. Sem contar que contribuem incisivamente na aceleração do processo de concentração e centralização do capital e na constituição dos monopólios. Essa modificação na relação entre os bancos e os capitalistas funcionantes pode ser vista quando:

Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando essa operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras - primeiro de *conhecer com exatidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois de *controlá-los*, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o e, finalmente, de *decidir inteiramente* sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente (LENIN, [1917] 2012, p.60-61, grifos do autor).

O que o autor nos ajuda a compreender é o fato de, na aparência, os bancos se apresentarem formalmente como um contador geral dos rendimentos destes capitalistas, porém, o seu conteúdo se constitui numa dependência cada vez maior do capitalista industrial em relação aos bancos. Dessa forma, a “grande sociedade anônima não significa, portanto, nem a democratização nem a abolição das funções de controle da propriedade, mas sua concentração num pequeno grupo de grandes donos de propriedades. O que muitos perdem, uns poucos ganham”. (SWEEZY, 1983, p. 202).

Essa concentração da produção, os monopólios que a sucedem e a fusão ou junção entre os grandes bancos e a grande indústria (LENIN, [1917] 2012, p. 75) conformará o capital financeiro, o qual é definido por Hilferding da seguinte forma:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário - de capital rendoso - e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado nas indústrias é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais. (HILFERDING, [1910] 1985, p. 219).

Importa destacar que junto ao capital financeiro também surge uma oligarquia financeira, de caráter extremamente parasitário (LENIN, [1917] 2012), que reafirma o seu poder através do sistema de participação. Portanto, este:

capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando de monopólio efetivo, obtém um lucro enorme e que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos de Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas (LENIN, [1917] 2012, p. 82).

A consolidação dessa oligarquia financeira se dá devido aos lucros exorbitantes advindos da emissão de ações, atividades especulativas no mercado acionário e no sistema de endividamento dos Estados nacionais através dos títulos da dívida pública. Para que essa lógica vigore, é fundamental e necessário ao capitalismo que se dissocie a “propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos (...) do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital” (LENIN, [1917] 2012, p.89, grifos do autor).

Isto produzirá o predomínio do capital financeiro, da oligarquia financeira e de um punhado de Estados financeiramente imponentes diante dos demais, conformando assim, uma “aliança diabólica entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro” (HARVEY, 2013a, p.114).

Desse modo, José Paulo Netto busca enfatizar o redimensionamento e a refuncionalização do próprio Estado capitalista, pois “com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista” sua “intervenção muda funcional e estruturalmente” (NETTO, 2011a, p. 24). Visto que demanda-se cada vez mais uma intervenção extra econômica e, como analisa o autor,

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*. A necessidade de uma nova modalidade de intervenção decorre (...) da demanda que o capitalismo tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade dos monopólios é direcionado para garantir os superlucros monopolistas. (NETTO, 2011a, p.25, grifos do autor).

Outro fator importante de ser sinalizado do estágio imperialista, no capitalismo monopolista, é a indispensável exigência de se exportar os capitais excedentes - constituídos através da união dos monopolistas capitalistas e de sua enorme acumulação de capital nos países imperialistas -, para àqueles que são considerados “países atrasados”.

Assim, o “capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutra lugar em que as oportunidades de emprego ainda não foram exauridas” (HARVEY, 2013a, p.83). Tal exportação de capital influencia o aprofundamento do capitalismo nestes países e sua inserção na circulação do capitalismo em âmbito global, acelerando o processo de concentração, e posteriormente, de centralização.

Para além disso, essa exportação contribui para criar uma “sólida base para o jugo e a exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos!” (LENIN, [1917] 2012, p. 95).

Devemos mencionar que o capital financeiro se utiliza de relações e transações em proveito da sua rentabilidade, sendo frequente que “entre as cláusulas do empréstimo, se estipule que parte do empréstimo concedido seja gasto em compras no país credor” (LENIN, [1917] 2012, p.97), onde a exportação de capital também atua no sentido de estimular a exportação de mercadorias.

Destaco aqui o debate feito por Harvey sobre as assimetrias geográficas produzidas no processo de acumulação de capital, as quais “se expressam em trocas não leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas” (HARVEY, 2013a, p.35). Logo, para que essas assimetrias se expressem, é de suma importância que o poder do Estado preserve tal condição.

Dessa forma, podemos entender a tendência do capital financeiro em se espalhar para outros territórios, baseando a sua ação na dominação exercida pelos grandes e imponentes grupos monopolistas assegurados pelo poder estatal. Já na análise deste processo de subjugação dos países considerados “atrasados” por conta da política, economia e ideologia do capitalismo monopolista, Lenin já apontava, no século XX, os impactos causados aos países da África, Ásia e da América do Sul, pelo fato de se encontrarem “enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática”, acrescentando que, “na época do imperialismo”, o “conjunto de relações que regem a ‘partilha do mundo’, passa (...) a ser o elo da cadeia de operações do capital financeiro mundial” (LENIN, [1917] 2012, p. 120).

Pode-se aqui acrescentar o debate feito por Mandel sobre a exportação de capital imperialista, a dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local e seus rebatimentos nos países ditos subdesenvolvidos:

Em consequência, o processo da exportação imperialista de capital sufocou o desenvolvimento econômico do chamado “Terceiro Mundo”. Isso porque, em primeiro lugar, absorveu os recursos locais (...), por meio de um “escoamento” qualitativamente acrescido. Do ponto de vista da economia nacional, esse escoamento passou a assumir a forma de expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, de produto excedente social local (...). Em segundo lugar, concentrou os recursos remanescentes nos setores que tornariam característicos do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (MANDEL, 1982, p. 36).

Desse modo, cabe ressaltar que a exportação de capitais sendo um dos pilares do imperialismo colaborou para imprimir um caráter parasitário aos países que vivem “da exploração do trabalho de alguns países e colônias ultramar” (LENIN, [1917] 2012, p. 138). Lenin neste ponto demonstra como a exportação de capitais resulta para aqueles países não inseridos no circuito imperialista numa constante subordinação aos países imperialistas.

Assim, em concordância com os elementos trazidos acima, podemos compreender que o modo de produção capitalista segue dinamicamente se complexificando em sua busca por combater a tendência à queda da taxa de lucro, fator inerente a este modo de produção.

Tal ponto merece atenção para o fato de no período monopolista se acirrar bruscamente a competição entre os grandes monopólios, refletindo cada vez mais numa redução do trabalho vivo, isto é, capital variável. Além de estabelecer um forte incentivo à inovação de tecnologias (capital constante), a fim de aumentar suas taxas de lucratividade diante dos demais capitalistas. Acrescenta-se a isso a profunda dificuldade que as enormes massas de excedentes de capital encontram de se valorizar, culminando na sobreacumulação (Harvey, 2013a).

E será justamente sob o comando do capital financeiro, no estágio monopolista, num momento de crise estrutural do capital, onde podemos demarcar pelo final dos anos 1960 e início de 1970 que se culminará num processo de financeirização da economia. Também foi nesse período que intelectuais compactuados com os interesses da burguesia produziram a ideia de uma possível perda da centralidade do trabalho. No entanto, tentaremos aprofundar a ideia de que, assim como nos demais momentos da acumulação capitalista, esta financeirização também configura-se pelo empenho cada vez mais intensivo do capital por mecanismos que aumentem a sua rentabilidade, os quais incidem diretamente na intensificação da exploração da classe trabalhadora, reafirmando assim a sua centralidade.

1.4 Financeirização, crise dos anos 1970 e intensificação dos fluxos financeiros

A partir dos anos 1970, ganha força o projeto neoliberal diante das expressões da crise do capital. O neoliberalismo passa a ser retomado fortemente pelos devotos da autorregulação do mercado, numa incessante defesa dos reajustes estruturais na efetiva contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008). Soma-se a isso também a defesa de uma possível perda da centralidade do trabalho perante a enorme rentabilidade encontrada nas finanças.

Contraopondo-se a essa visão, é de suma importância que procuremos estudar sob uma perspectiva histórico-crítica, os pilares que assentaram a doutrina neoliberal como um “projeto (...) de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições de

acumulação de capital e de restauração das condições do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2013b, p.27, grifos do autor).

Entendemos que, apesar da constante tentativa da oligarquia financeira internacional e nacional de despolitizar a discussão sobre a crise estrutural do capital, apresentando-a por um cunho meramente técnico e pragmático, o que está por trás de tal discurso é a utilização das finanças como um meio do capital buscar garantir a sua rentabilidade. Contudo, este processo só se tornou possível com a reorganização da produção, diante da lógica de mundialização do capital (CHESNAIS,1996).

Cabe enfatizar que, tal lógica é fomentada pelo estágio atual do capitalismo, onde desde o final da década de 1960 e início dos anos 1970, temos um largo processo de crise estrutural, o qual, na busca de aumentar a sua rentabilidade promove a ofensiva neoliberal e o processo de intensificação dos mecanismos financeiros na economia.

Concomitante a isso, é justamente nesse contexto, que muitos intelectuais começam a produzir sobre uma possível perda de centralidade do trabalho; uma possível obsolescência da produção, e conseqüentemente, da teoria valor-trabalho discorrida por Marx. Além de fortalecer a ideia do processo de autonomização das finanças.

Entretanto, tal processo contribuiu para demonstrar a vigência da teoria do valor nos dias atuais. Isto porque, ao mesmo tempo em que se tenta argumentar sobre a falta de centralidade do trabalho no processo de acumulação de capital, cada vez mais, verifica-se a necessidade de intensificar a exploração, visto que no processo de circulação do capital não há a produção de mais-valor, como apontamos no item 1.1.

Assim, tentaremos aqui caracterizar brevemente os movimentos políticos e econômicos que antecederam a “restauração do capital” promovida, inicialmente, por Margareth Thatcher e Ronald Reagan. A análise do processo de mundialização do capital nos proporciona significativos elementos de identificação do fetichismo gerado pelas finanças. Tal fetiche pode ser percebido através da análise sobre o processo de exploração da força de trabalho, o qual é fortemente incentivado pela reestruturação produtiva e pela contrarreforma do Estado.

Um período de grande relevância para pensar as mudanças ocorridas é o do pós-guerras entre 1950 e 1960, onde o Estado passou a incorporar diversas demandas da classe trabalhadora oriundas de reivindicações e mobilizações para o reconhecimento dos direitos sociais dentro do que se configurou como Welfare State na Europa. Porém, ainda que tais expressões tenham sido absorvidas pelo Estado, precisamos enfatizar que “as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras, nos países capitalistas centrais, não alteravam a essência exploradora do capitalismo” (NETTO, 2010, p.9).

Esse momento da acumulação de capital será visto por Mandel (1982) como o período de reestruturação econômica marcada por uma fase de “onda longa expansiva”, na qual houve um significativo crescimento econômico e um forte êxito na contenção das crises cíclicas do capital, as quais são fruto das contradições imanentes ao modo de produção capitalista.

Tal momento histórico foi marcado pela criação de um forte aparato político-institucional, permeado fortemente pelas decisões políticas e econômicas norte-americanas, e utilizado como uma via que contivesse os conflitos geopolíticos do período de guerras e reafirmasse o poderio dos Estados Unidos sobre os demais países.

Cabe explicitar que o período do pós-guerras é geopoliticamente repartido entre a disputa política, ideológica e econômica entre os Estados Unidos, como o representante voraz do capitalismo, e pelos países socialistas, tais como Cuba, China e a União Soviética (URSS), sendo esta última de grande importância. Esse período foi marcado, portanto, pela disputa acirrada entre projetos distintos de sociedade.

Dentro desse contexto, estabeleceram-se diversos acordos internacionais, como o Bretton Woods. Foram criadas também, importantes instituições, tal como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). Harvey (2013b) destaca alguns elementos importantes desse momento da acumulação, chamado pelo autor de “liberalismo embutido”, o qual foi marcado por uma:

(...) política redistributiva (incluindo algum grau de integração política do poder sindical da classe trabalhadora e apoio à negociação coletiva), os controles

sobre a livre mobilidade do capital (algum grau de repressão financeira particularmente por meio do controle do capital), a ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, as intervenções ativas do Estado na economia, e algum grau de planejamento do desenvolvimento caminham lado a lado com as taxas de crescimento relativamente elevadas. O ciclo de negócios foi controlado com sucesso mediante a aplicação de políticas fiscais e monetárias keynesianas. Promoveu-se uma economia social e moral (...) por meio de um Estado intervencionista (...) Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado. (HARVEY, 2013b, p.21).

Entretanto, em fins dos anos 1960 e início da década de 1970 a “onda longa expansiva” apresenta sinais de esgotamento e fecha-se o ciclo do chamado Estado de Bem Estar Social:

À redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário, que alcançara expressivas vitórias naqueles anos e nos imediatamente anteriores, o capital respondeu com uma ofensiva política (de início, basicamente repressiva – recorde-se o trato que ao movimento sindical brindaram a Senhora Thatcher e R. Reagan –, depois fundamentalmente de natureza ideológica) e econômica. O que se seguiu é conhecido (trata-se do que Rui Braga denominou de “restauração do capital”) (...) a conjunção “globalização”/“neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito. (NETTO, 2010. p.9).

Portanto, vemos que, ao se esgotar um período favorável para as altas margens de lucratividade do grande capital, inevitavelmente, este, responde às suas exigências de acumulação através da degradação dos níveis de vida da classe trabalhadora, produzindo uma incisiva ofensiva sobre o trabalho e seus direitos conquistados historicamente.

Tal afirmação, assim como demonstrada por Netto (2010), contribui para desmontar uma possível defesa de humanização do capital ao mascarar o seu real conteúdo, obscurecendo, assim, os impactos devastadores que o neoliberalismo, enquanto plano político, econômico e ideológico de dominação de classe produziu sobre a classe trabalhadora.

Um ponto de reflexão importante sobre este período é o processo de mundialização do capital, o qual se firmou por meio das aquisições e fusões do capital financeiro, que se expandiu através dos grupos industriais transnacionais.

A partir dos anos 1970, iniciou-se o movimento internacionalizado da valorização do capital, “cujos contornos dependerão do tipo de operação industrial ou financeira, bem como das conjunturas econômicas e das situações políticas, em um momento determinado” (CHESNAIS, 2005, p.20).

O que está em jogo neste momento da acumulação capitalista é uma busca em “ganhar dinheiro’ sem sair da esfera financeira” (CHESNAIS, 2005, p. 20) através das inovações no mercado financeiro por meio do aumento das operações do crédito, endividamento e dos juros, o que resulta numa financeirização da economia. Portanto, “um aspecto crucial das décadas neoliberais é a culminância dos mecanismos financeiros, que chegaram a níveis sem precedentes de sofisticação e expansão” (Duménil e Lévy, 2014, p. 43).

É importante realçar que neste período sob um discurso que encobre a essência das crises capitalistas, “a burguesia passa a defender novamente o deus mercado como bálsamo contra as mazelas da satânica intervenção estatal” (IASI, 2009, p.34-35). Porém, neste momento da acumulação capitalista foi, e continua sendo, imprescindível uma vigorosa atuação do Estado na efetivação de sua contrarreforma, a fim de continuar garantindo as condições gerais da acumulação capitalista nos momentos de sua queda da taxa de lucro (BEHRING, 2008).

Portanto, para o capital continuar com grandes margens de lucratividade, há a necessidade da atuação incisiva do Estado na promoção acentuada de reformas na seguridade social e privatizações dos serviços públicos, fundamentalmente das políticas sociais. Logo, “o neoliberalismo, ao contrário do que dizem alguns comentadores da direita e da esquerda, não torna irrelevante o Estado, nem as instituições particulares do Estado” (HARVEY, 2013b, p.88).

A partir da década de 1970, sob os moldes neoliberais, a mundialização do capital alavancou o processo de liberalização financeira e monetária. A liberalização foi promovida no intuito de possibilitar maior mobilidade para os investimentos do capital. Outra medida importante deste período foi a desregulamentação, a qual retirava os mecanismos de regulamentação e controle sobre a circulação do capital, além de impulsionar uma série de inovações financeiras (CHESNAIS, 1996).

A privatização também foi um energético artifício utilizado para possibilitar a enorme rentabilidade encontrada na esfera das finanças. Este movimento se deu através da mercantilização de serviços que outrora eram assegurados como direitos sociais. Entretanto, nos anos 1970 e 1980 há uma reorientação da concepção de direitos sociais para uma visão mercadológica, que transforma os direitos em serviços prestados visando altos ganhos de lucratividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O tripé conformado pela liberalização, a desregulamentação e a privatização representaram medidas do capital para comprometer a capacidade de organização política da classe trabalhadora neste período, a qual era vista como um empecilho do capital para aumentar suas taxas de lucro.

Estas medidas, portanto, significaram a busca dos capitalistas em promover uma ofensiva contra o trabalho, visando aumentar a extração de mais-valor e restabelecer seu domínio de classe. Dentro desse contexto, necessitamos salientar a imbricada relação que se estabelece entre as finanças e a esfera produtiva, onde a primeira se alimenta de modo parasitário da segunda.

CHESNAIS (2005) aponta a importância dos grupos industriais transnacionais para a manutenção deste momento da acumulação capitalista, pois:

Enquanto os gestores dos fundos de aplicações financeiras permanecem quase completamente à sombra, os grupos transnacionais encontram-se na linha de frente- ao lado dos governos- na luta contra as classes e as camadas que eles precisam explorar. *O fetichismo gerado pelas finanças somente funciona quando os detentores dos créditos sobre a atividade de outros vêem a realidade conformar-se à miragem da 'autovalorização' das aplicações financeiras.* (CHESNAIS, 2005, p.23, grifos meus).

Um outro fator importante sobre os grupos industriais transnacionais é o seu poder de pressão para a intensificação da exploração da força de trabalho no sentido de obter um lucro maior. Pois, estes se aproveitam da “sua liberdade de ação e de movimentos para ameaçarem os assalariados (...) de relocalizar seus sítios de produção em direção aos países onde a mão de obra é mais barata e os trabalhadores são pouco ou nada protegidos” (CHESNAIS, 2005, p.23).

A afirmação do autor nos permite esclarecer que, apesar da esfera das finanças se colocar como uma esfera autossustentável, é vital ao sistema capitalista a produção social de riquezas. Já que para se realizar a punção das finanças sobre os recursos

produzidos socialmente, é de suma importância que haja na esfera produtiva a extração de mais-valor. Logo, apesar da lógica financeira retirar dia após dia os alicerces da produção, é dela que será transferida uma parcela da extração de mais-valor para a camada dos rentistas (CHESNAIS, 2005).

É devido a essa pressão por uma pulsão cada vez maior sobre a produção e a incessante necessidade posta pelo capital para a esfera produtiva de abastecer as finanças, que acentua-se a produtividade e intensifica-se a exploração do trabalho, seja promovendo mudanças estruturais e organizacionais na produção, seja por meio da introdução de novas tecnologias.

Mota e Amaral (1998), afirmam que estas mudanças ocorrem por meio da flexibilização dos processos e das condições de trabalho, “alterando substantivamente a formação do trabalhador coletivo ou, numa linguagem coloquial, o mercado de trabalho, via desemprego, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho”.

Esse processo de forte ofensiva do capital sobre o trabalho é caracterizado como a *reestruturação produtiva*, isto é, profundas transformações operadas dentro do processo de trabalho que almejavam aumentar a extração de mais-valor.

Antes dos anos 1970 predominava o modelo taylorista/fordista de produção em larga escala. O taylorismo fordismo foi marcado por perdurar durante o Estado de bem-estar social pela presença constante dos sindicatos dos trabalhadores organizados, os quais abriram mão de “um projeto mais radical, em prol de conquistas e reformas imediatas, incluindo-se aí os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI; 2011, p. 88). Ademais, tal sistema era estruturado de forma extremamente hierárquica e especializada. Contudo, as mudanças que vieram junto com a crise do capital, trouxeram como necessidade um reordenamento do sistema de produção capitalista.

Augusto Pinto (2007) ao analisar a reestruturação produtiva, elucida que as mudanças ocorridas são fruto das transformações políticas e econômicas iniciadas em meados da década de 1970. A instabilidade da macroeconomia, as sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, as variações na taxa de câmbio, e principalmente, o redirecionamento do consumo para novos segmentos do setor de

serviços e as inovações tecnológicas, preconizaram as mudanças no setor produtivo, que exigia:

A alta flexibilidade da produção, ou capacidade de produzir diferentes modelos de produtos num curto período de tempo (...) altos índices de qualidade nos produtos, o que reduziria inclusive custos de produção (...) baixos preços finais, o que poderia ser obtido não apenas pela redução do re-trabalho e pela flexibilidade produtiva, mas através da manutenção de uma 'fábrica mínima', tanto em termos de equipamentos, quanto de estoques e de efetivos de trabalhadores; entrega rápida e precisa (...) (AUGUSTO PINTO, 2007, p. 51).

A partir destas demandas postas pelo capital ao sistema de produção, adota-se o sistema de organização toyotista, cuja base principal sustenta-se no processo de reestruturação produtiva, a qual, configura-se através da “flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado” (AUGUSTO PINTO, 2007, p. 54).

Nesse sentido, a reestruturação produtiva produziu fortes impactos na classe trabalhadora ao estabelecer uma contínua e crescente polarização entre os trabalhadores regulares e especializados, que desfrutavam de direitos trabalhistas e uma relativa estabilidade quanto aos direitos de pensão e seguros, e àqueles trabalhadores subcontratados, em trabalhos terceirizados, temporários, que estão desprotegidos pela proteção social e sem expressão sindical (IAMAMOTO, 2010).

Todos estes processos e as mudanças organizacionais no setor produtivo a fim de aumentar a produtividade, tinham como objetivo claro a intensificação da exploração da força de trabalho, num momento em que se aprofundava a concentração e centralização de capital, e o poderio do capital financeiro com os grupos transnacionais.

Entretanto, estes movimentos inerentes à mundialização do capital e a expansão dos grupos industriais transnacionais, só se tornaram possíveis com a atuação dos Estados nacionais. Vale enfatizar que essas transformações políticas e econômicas incidiram de forma diferenciada nos Estados capitalistas.

Chesnais (2005) afirma que estes processos contribuíram para a manutenção e o acirramento das relações de dominação, dependência e hierarquização entre os países. Uma vez que, os países não incluídos no circuito imperialista, servem ao capital

financeiro internacional como um meio de extração de matérias-primas, fluxo de lucros dos capitais imperialistas para o seu mercado interno, e fundamentalmente, servem aos grupos industriais transnacionais de suporte para a superexploração da sua força de trabalho nacional.

Portanto, o mito da mundialização do capital como um processo integrador pode ser desmontado quando o analisamos sob a perspectiva de uma repartição desigual da riqueza, inerente ao modo de produção capitalista. Segundo Chesnais (2005):

Assistimos, em vinte anos, ao reaparecimento das piores calamidades, como a desnutrição, a fome, as doenças e as pandemias devastadoras dos países pobres. Essas calamidades não são 'naturais', como não são o crescimento do desemprego, do trabalho informal (...) Elas atingem as populações que se encontram marginalizadas e excluídas do círculo da satisfação das necessidades elementares (CHESNAIS, 2005, p. 27-28).

Para além disso, estas mudanças provocaram o aprofundamento da dependência entre os Estados nacionais. Isso muito se deu através do endividamento público e da transferência de recursos que este sistema proporciona, visto que nos países dependentes, "a dívida se tornou uma formidável alavanca que permitiu impor as políticas de ajustamento estrutural, comportando a austeridade orçamentária, a liberalização e as massivas privatizações" (CHESNAIS, 2005, p.25-26).

Um elemento necessário para este debate é a compreensão de que todos os processos citados acima, contribuem em larga escala para o agravamento da exploração e da contradição entre o capital e o trabalho. Iamamoto (2010) estabelece perfeitamente os nexos estruturais entre os processos que levaram a financeirização da economia e a forma como este momento da acumulação capitalista reflete nas expressões da questão social:

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do 'círculo da civilização', isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que lhe restam, na ótica oficial, são a 'violência e a solidariedade'. (IAMAMOTO, 2010, p. 123).

Seguindo esse raciocínio, buscaremos compreender no próximo capítulo o desempenho do Estado no capitalismo dependente. Temos por objetivo tentar analisar

como nesse momento da acumulação de capital, marcada pelo caráter parasitário das finanças, os Estados nacionais são extremamente importantes na condução e viabilização da reprodução do capital.

Capítulo 2 – O papel do Estado no modo de produção capitalista

No processo de acumulação do modo de produção capitalista, a figura do Estado coloca-se como primordial à lógica de (re) produção do capital. Considerando suas funções essenciais dentro deste movimento, procuraremos pensar seu papel enquanto garantidor das condições gerais de acumulação no capitalismo.

A análise acerca do papel desempenhado pelo Estado na acumulação de capital será um aporte de suma importância para este trabalho. Visamos aqui dialogar diretamente com o item anterior. Centraremos o foco no modo como o Estado capitalista têm criado inúmeros meios para o aumento da rentabilidade da classe capitalista na atual fase de crise estrutural, marcada por uma forte ofensiva do capital financeiro, cada vez mais financeirizado.

Mandel (1982, p. 333-334), ao analisar o capitalismo em seu estágio tardio, elenca três das principais funções do Estado: 1) criar as condições gerais de produção; 2) reprimir qualquer ameaça advinda das classes dominadas ao modo de produção; 3) integrar essa classe e garantir que a ideologia continue sendo a da classe dominante.

Dessa forma, o autor nos conduz a uma concepção do Estado capitalista como produto da divisão social do trabalho e reflexo das contradições presentes na luta de classes. Logo, a *função integradora* deste Estado dialoga diretamente com sua *função repressiva*. Esta última se manifesta na imposição da vontade da classe dominante por meio da coerção, enquanto a primeira, efetiva-se “pela instrução, pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação - mas sobretudo pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade” (MANDEL, 1982, p. 334).

A primeira função citada por Mandel, a de criar (e garantir) as condições gerais da acumulação capitalista nos importa mais nesse momento, uma vez que, relaciona-se diretamente com a esfera da produção. Ademais, os apontamentos de Netto (2011a) nos levam a manter a linha de reflexão das mudanças estruturais do papel do Estado em sua fase monopolista.

Mandel (1982), no decorrer de suas análises, identificará que o Estado desempenha o papel de atuar como um “*capitalista total ideal*”, o qual serve aos

interesses dos monopólios assegurando a “proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do ‘capitalista total real’ constituído pelos ‘muitos capitais’ do mundo real” (Mandel, 1982, p. 334).

Por esse ângulo, podemos entender o fato de que o Estado enquanto “*capitalista total ideal*”, ao transcender os interesses específicos de alguns capitalistas, garante os objetivos de toda a classe dominante diante da concorrência. E será justamente na fase do capitalismo monopolista, onde a competição será maximizada, que teremos uma significativa refuncionalização do Estado, pois como discorre Mandel:

A transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista alterou necessariamente tanto a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais. *O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão à exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais [...] o que, por sua vez, levou a um crescimento ainda maior do aparato estatal* (MANDEL, 1982, p. 337-338, grifos meus).

Reiterando a abordagem de Lenin sobre o *Imperialismo*, Mandel apresenta, a partir da realidade e do contexto histórico dos países centrais da Europa, um importante ponto de análise: a reconfiguração do Estado na garantia das condições gerais de acumulação, que se dará também pelo militarismo exacerbado. Segundo Netto (2011a, p. 22) esse processo irá desencadear “a ‘queima’ do excedente em atividades que não criam valor”, e desse modo, renovará “a dinâmica entre economia e o Estado burguês”.

Este processo vincula-se com o fato de, no atual momento de acumulação capitalista, ocorrer uma enorme dificuldade de valorização do capital, a *superacumulação*, sendo, portanto, necessária uma maior atuação do Estado para proporcionar o investimento do capital de forma lucrativa. Tal autor irá elencar, para além das *funções econômicas diretas* apresentadas por Mandel (1982), as *funções indiretas* desenvolvidas pelo Estado na fase dos monopólios, as quais asseguram “aos capitais excedentes possibilidades de valorização” (NETTO, 2011a, p. 25).

As funções indiretas do Estado manifestam-se em: compras/vendas do Estado aos grupos monopolistas; subsídios indiretos com investimentos públicos em

infraestrutura, na especialização da força de trabalho indispensável aos monopólios; e com gastos em pesquisas. Outro fator essencial para o capitalismo monopolista é “a preservação e o controle contínuo da força de trabalho ocupada e excedente”, exercida como “*função estatal de primeira ordem*”, visto que impactam diretamente na valorização do capital dentro dos marcos do monopólio (NETTO, 2011a, p. 26, grifos do autor).

Outro fator relevante acerca da atuação do Estado está na tentativa de conter os efeitos das crises cíclicas do capital via políticas sociais. De acordo com Behring e Boschetti (2011), no período de pós-1929, as políticas sociais apresentaram-se como saídas para a crise, possuindo como forte característica “a sustentação pública de medidas anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital” (BEHRING; BOSCHETTI; 2011, p. 71). As autoras acrescentam ainda mais o debate ao analisar o lugar do fundo público, que ganhará novos contornos na crise estrutural do capital. Segundo Brettas (2012):

Partimos do entendimento de que o fundo público é composto por recursos arrecadados sob a forma de impostos e contribuições pagos tanto pela classe trabalhadora, quanto por capitalistas. Principalmente nos países em que há uma grande desigualdade de renda e riqueza, como é o caso brasileiro, essa arrecadação não se dá de forma igualitária, muito menos progressiva, de modo que a maior parte advém de parcelas significativas do salário recebido pela classe trabalhadora. (BRETTAS, 2012, p. 107).

Deste modo, a “perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais” (BEHRING; BOSCHETTI; 2011, p. 86). Entretanto, é necessário salientar que a partir do esgotamento deste modelo há uma mudança estrutural do lugar ocupado pelo fundo público na acumulação do capital, o qual passa a ser essencial na garantia da reprodução ampliada.

Após a eclosão da crise estrutural iniciada em fins dos anos 1960, as mudanças exigidas pelo capital determinaram uma nova forma de intervenção social do Estado, a qual se assenta no projeto da burguesia internacional de alargar seu domínio por meio de uma cultura política da crise (MOTA, 2015, p.107).

As bases desta cultura se solidificam por meio da necessária atuação do Estado na execução de sua contrarreforma, sendo central compreender o papel chave desta instituição na execução de “mecanismos de contratendência à crise – em que se incluem as reestruturações no mundo do trabalho” (MOTA, 2015, p. 108).

Nesse período há a financeirização da economia capitalista e junto com ela ganha força teses sobre a possível redução do Estado. Um fator crucial nesse estudo é o afastamento de uma possível ideia de minimização da ação estatal após o período de mundialização do capital. Tal argumento tem sido enormemente difundido no sentido de afirmar um possível desmantelamento dos poderes dos Estados nacionais frente à lógica do capitalismo contemporâneo. Entretanto, essa é somente a sua aparência. O seu conteúdo consiste em perceber que os reajustes estruturais ocorridos no âmbito do Estado e de seus aparatos, possuem a característica fundamental de resguardar a reprodução do capital, o que expressa a relevância estratégica da intervenção do Estado no sistema capitalista.

Salvador (2010) aponta que com a financeirização da riqueza os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais os recursos do fundo público concentrados nas mãos do Estado. Brettas (2012, p. 105) traz um elemento crucial ao apontar as contribuições de Francisco de Oliveira sobre o fundo público em momentos de crise do capital. Segundo a autora, faz-se necessário seguirmos a articulação feita por Oliveira ao vincular a importância do fundo público para a reprodução ampliada do capital a partir dos anos 1970, aliada ao aumento da dívida pública, “explicitando que este é um dos principais mecanismos do Estado na garantia das condições gerais de acumulação capitalista” neste contexto (BRETTAS, 2012, p. 105).

Ao afunilarmos o escopo de análise sobre a lógica capitalista e as demandas dirigidas ao Estado, percebemos que a intervenção estatal não só assegura as condições gerais de acumulação, mas a executa ampliando as capacidades do capital de aumentar suas taxas de lucros. Behring (2008, p. 32) afirma que: “o desafio é entender o que muda no capitalismo contemporâneo, o sentido das transformações econômicas e sociais em curso - a condição geral da luta de classes - e as novas requisições para a intervenção do Estado”.

Necessitamos demarcar as diferenças entre as economias imperialistas e as economias dependentes neste período. Diferentemente dos países da Europa, nos países dependentes não vigorou o Estado de Bem Estar Social e nem efetivou-se concretamente a constituição de rede de proteção social. Cabe destacar que no início dos anos 1970 a autocracia burguesa assentava suas bases nos países da América Latina, contribuindo para aprofundar o capitalismo monopolista em âmbito mundial.

Compreendendo o sentido histórico desta análise, não podemos ignorar que, concomitante às mudanças ocorridas na dinâmica de acumulação capitalista, têm-se novos requerimentos acerca da atuação do Estado. Seja para atender as camadas burguesas, seja para responder às reivindicações das classes subalternas, uma vez que o Estado é atravessado pelas contradições da luta de classes.

Segundo Osorio,

(...) o papel do Estado na reprodução do capital exige políticas econômicas e formas de intervenção diferentes de acordo com o padrão concreto de reprodução do capital. De todo o modo, porém, a forma de intervenção está marcada historicamente pelos interesses hegemônicos do capital (OSORIO, 2014, p. 82-83).

Uma característica importante neste ponto é que essas ações no período de crise do capital se transmutam sob o discurso de perda da intervenção do estatal, sendo assim, invisibilizadas. Esse argumento se torna mais forte sob a programática neoliberal num contexto significativo de mundialização do capital, o qual, é, por vezes, utilizado para afirmar uma perda das barreiras nacionais, logo, da importância do Estado diante da enorme mobilidade do capital.

Entretanto, precisamos nos atentar para o fato de que “*a reprodução do capital faz a economia mundial sua referência*”. Contudo, essa espécie de fragmentação territorial do ciclo do capital não implica que o capitalismo tenha entrado numa etapa de ‘desterritorialização’ da acumulação” (OSORIO, 2014, p.170, grifos do autor). Para o autor, a novidade da mundialização reside no acentuamento e polarização das contradições e desigualdades sociais e econômicas existentes entre as nações e regiões do capitalismo.

Para o reforço de tal argumento, recorreremos novamente ao Harvey, visto que, em suas análises sobre o papel do Estado no estágio imperialista, sinaliza fortemente

sua lógica territorial, onde “o Estado territorial vê-se com frequência capturado por algum interesse ou coalizão de interesses regionais dominantes em seu interior” (HARVEY, 2013a, p. 91). O autor ainda atenta para a não inocência e não passividade do Estado em relação aos processos de polarização entre as regiões, já que ele tem por função “promover e capturar a dinâmica regional como fonte de seu próprio poder” (HARVEY, 2013a, p. 91).

Nesta visão, a marca do processo não está na desintegração dos Estados nacionais, mas sim na concepção do Estado enquanto potencializador da mundialização do capital. Uma vez que o modo de produção capitalista demanda um sistema em escala mundial, esse processo só pode ser concretizado por meio do estabelecimento de espaços-fronteiras (os Estados-nação), que impulsionam e também limitam sua expansão. O que conforma a contradição capitalista mais acirrada no processo de mundialização (OSORIO, 2014, p.175-176).

Vemos, portanto, que o Estado no modo de produção capitalista, funciona como uma instituição política, ideológica, jurídica e econômica, na qual objetivo o primário é o de manter a divisão de classes e garantir a propriedade privada dos meios de produção. De acordo com Harvey (2013a, p. 91), conjugado aos processos citados acima, o Estado também utiliza seus poderes para orquestrar a diferenciação e dinâmica regional. Nas palavras do autor:

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas aos interesses capitalistas dominantes” (HARVEY, 2013a, p.111).

Em concordância com os autores, acreditamos ser fundamental analisarmos mais cuidadosamente o papel que o Estado desempenhará na contemporaneidade. Estes processos já foram elucidados no ponto anterior, porém, coloca-se como uma tarefa imprescindível a análise da dinâmica de acumulação capitalista, a ação do Estado e os seus impactos tanto nos países imperialistas, como fundamentalmente nos países de capitalismo dependente da América Latina.

2.1 Superexploração e capitalismo dependente na América Latina

A análise da configuração do modelo capitalista na América Latina nos coloca inúmeros desafios. O primeiro deles é a necessária articulação dos movimentos internacionalizados do capital durante a sua reprodução e seus efeitos no desenvolvimento das especificidades da formação social e econômica latino-americana. Longe de pretender abranger as particularidades de cada país aqui, tentaremos elucidar as características gerais deste processo dinâmico de acumulação do capital.

Para Fernandes (1973, p.45), é de suma importância analisar “o modelo concreto de capitalismo que irrompeu na América Latina”, o qual ergue suas bases na erosão do sistema colonial. Entretanto, este capitalismo, traz consigo elementos estruturais do modelo antigo, e ao mesmo tempo, incorpora as relações sociais capitalistas para se inserir no mercado mundial. Como bem expresso pelo autor: “O capitalismo dependente (...) une o arcaico ao moderno e suscita seja a arcaização do moderno, seja a modernização do arcaico” (FERNANDES, 1973, p. 61).

Nesta perspectiva, vemos que “o importante é não apenas compreender a forma particular que a América Latina cumpre no jogo de acumulação mundial, mas também como isso implica modificações, inclusive nos países mais desenvolvidos” (STEDILE; TRASPADINI; 2011, p. 32).

Este ponto coloca-se como vital para o prosseguimento de nossa análise, pois o vínculo da dependência latino-americana corresponde ao desenrolar do imperialismo nos países centrais. Foi preciso exponenciar o desenvolvimento desigual entre as nações para que ocorresse um “mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional” (STEDILE; TRASPADINI; 2011, p. 32).

Cabe dizer que a inserção da América Latina na economia mundial capitalista num primeiro instante correspondeu a necessidade de abastecimento de metais preciosos que vão do século XVI ao século XVIII. Posteriormente, no século XIX com o advento da revolução industrial, a sua inserção afirma-se na condição de dependência frente as regiões independentes.

Marini (2011 [1973], p. 136-137) em sua análise sobre a *Dialética da dependência*, argumenta que a criação da grande indústria foi concretizada através da subordinação latino-americana às necessidades do capital nos países imperialistas. Algumas das funções exercidas pela América Latina, neste processo, giram em torno da “capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista”. Esse requerimento será acoplado “a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais”.

Contudo, importa destacar que o ponto estratégico da sua inserção no mercado mundial está exposto no seguinte fato: “a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa” (MARINI, 2011 [1973], p. 138). Isso se dará com o aumento da capacidade produtiva do trabalho com os incrementos tecnológicos nos países centrais em vez da pura mais-valia absoluta.

O movimento discorrido está dentro da relação desigual de troca no modo de produção capitalista. Se os países latino-americanos de capitalismo dependente são os suportes para o desenvolvimento do capitalismo nos países imperialistas, isso implica uma enorme necessidade dos primeiros em transferir os seus recursos materiais, naturais, e principalmente, uma grande parcela de seu excedente de mais-valor para os segundos (MARINI, 2011 [1973], p.146).

Logo, os determinantes estruturais da dependência encontrada nos países latino-americanos irão residir na seguinte ação: “uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas nas economias centrais, e passa a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, e não das primeiras” (CARCANHOLO, 2013, p. 194).

A tensão gerada por este modelo estruturalmente desigual reflete diretamente na forma como as classes dominantes (burgueses e latifundiários) da América Latina buscam combater a sua queda da taxa de lucro, ocasionada pela dependência. Uma categoria de relevância para nos permitir entender melhor esse movimento, por meio das suas particularidades, é a *superexploração da força de trabalho*.

Na busca de compensar as gigantescas transferências de valor para os países imperialistas, a burguesia das economias dependentes irá buscar saídas no plano da produção interna. Marini elucida da seguinte forma:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente (...) finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal (...) implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 2011 [1973], p. 147-148).

O que o autor nos ajuda a entender é que no capitalismo dependente estes três elementos – a intensificação do trabalho, a extensão da jornada de trabalho e a *expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho* – serão utilizados no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, tendo por principal objetivo aumentar a taxa de lucro, logo, a extração de mais-valor. Além de permitir que a força de trabalho seja remunerada abaixo do seu valor.

De acordo com Carcanholo e Amaral (2012, p.99), todos esses processos visam dar continuidade a acumulação capitalista na periferia, onde nos países de economia dependente tem-se a seguinte marca: “o trabalho se remunera abaixo de seu valor, e isso, por si só, deixa patente a existência de superexploração” (CARCANHOLO; AMARAL; 2012, p. 100).

Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho nas economias dependentes implica “uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das mazelas sociais, aprofundando uma característica já própria de qualquer economia capitalista” (CARCANHOLO, 2013, p. 199).

Por trás desses processos está a “profunda imbricação entre superexploração da força de trabalho e transferência de valor”. Assim, se entendemos essa íntima relação enquanto condição estrutural do próprio capitalismo, não podemos esquecer o destaque feito pelos autores, ao apontar que o caráter da dependência “muda de forma e de grau no curso histórico” (CARCANHOLO; AMARAL; 2012, p.102).

Dessa forma, buscaremos no próximo item estudar a ação do Estado no capitalismo dependente com vistas de garantir – e criar novas – condições para a acumulação capitalista, tanto para a satisfação da burguesia interna e externa, quanto para manter a reprodução da dependência.

2.1.1 O Estado no capitalismo dependente

O Estado na América Latina, onde predomina o capitalismo dependente, possui inúmeras particularidades correspondentes ao projeto das classes hegemônicas, gestados nos países imperialistas, e combinados aos interesses das burguesias nacionais nos países periféricos.

Osorio (2014, p. 205), ao discorrer sobre as particularidades atravessadas pelo Estado no capitalismo dependente, aponta dois importantes processos. O primeiro relaciona-se com a condição de um Estado constituído dentro de formações sociais assentadas em relações sociais de dependência. Já o segundo processo, se expressaria “na particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores”.

Para o autor, no capitalismo dependente, há um exercício desigual da soberania no sistema capitalista e uma “subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista” (OSORIO, 2014, p.206).

Em outras palavras, isso significa dizer que no interior das relações desiguais de troca, típicas do sistema capitalista, a burguesia latino-americana estabelece associações dependentes para organizar, a partir de dentro, condições favoráveis para o lucro do capital externo nas economias imperialistas. Os interesses desta associação estão na viabilização da continuidade e constante renovação dos vínculos de subordinação ao exterior, além da satelização dos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos (FERNANDES, 1973, p.59).

Deve-se destacar também que este processo “provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes de capitalismo dependente (...) de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais” (OSORIO, 2014, p. 206). Entretanto, importa salientar que esta é uma decisão política, econômica e ideológica das burguesias nacionais da América Latina, as quais compactuam com os projetos de classe hegemônicos nos países imperialistas.

Dentro desse movimento, não podemos esquecer que, assim como as burguesias imperialistas, a burguesia no capitalismo dependente utiliza-se do Estado para atingir seus fins, ainda que os usos do Estado adquiram um teor antinacional (FERNANDES, 1973, p. 59-60). Nesse sentido, a intervenção estatal é ainda mais adensada quando há os processos de monopolização de setores estratégicos da economia dependente, “oriundos da subordinação com o capital estrangeiro ou então pelos investimentos diretos de capital” (OSORIO, 2014, p. 207).

Para Ianni (2009), nos países de capitalismo dependente, “o Estado participa, nas decisões e atividades relativas à economia, muito mais que nos países dominantes”. O autor argumenta que a consequência está em “o Estado” se inserir “cada vez mais no centro do sistema econômico”. Isso ocorre devido a instabilidade política e as limitações econômicas que, em momentos de crise, requerem ainda mais a intervenção estatal (Ianni, 2009, p. 283).

Segundo Osório, esse processo requisitará o desenvolvimento de um sistema de dominação próprio do capitalismo dependente, marcado por dimensões altamente autoritárias do Estado e do governo, apesar de aparentar feições democráticas. Ademais:

A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar os projetos hegemônicos, mesmo em situações em que a política econômica e o discurso predominante pretendam apontar para o fim da intervenção estatal (OSORIO, 2014, p. 207).

Outro fator importante na ação do Estado no capitalismo dependente é determinado na reprodução do capital baseada na superexploração da força de trabalho. Esse processo conduz a geração de agudos conflitos e fraturas sociais, tais como: “ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados

prematuramente, miséria e desemprego” (OSORIO, 2014, p. 209). Esse ponto merece atenção, pois, no capitalismo dependente há a agudização das expressões da questão social, o que requer uma incisiva ação do Estado para conter as suas manifestações.

A análise do Estado no capitalismo dependente também precisa levar em conta o caráter que essa instituição assumirá no seu trato as expressões da questão social. Na busca por ganhar legitimidade diante da sociedade e contrabalancear seu cunho altamente militarizado, o Estado na América Latina:

(...) tendencialmente se constitui como uma grande instituição que reparte doações e benefícios e concede auxílio – não como direito dos cidadãos, mas como dádivas daqueles que mandam –, o aparato de Estado e suas autoridades são vistos como se estivessem acima da sociedade, como encarnação de um poder que, por dádivas e auxílios, permitiria mitigar o despotismo cotidiano do capital, depositando esperanças numa autoridade protetora. (OSORIO, 2014, p. 210).

Todavia, esta é a superfície de sua aparência na busca de garantir a legitimação do projeto de classe hegemônico. Devemos considerar que essa forma de representação e a intervenção do Estado nas expressões da questão social e nas economias dependentes dá a esta instituição um papel central.

2.2 Brasil

Pensar o Brasil dentro das malhas do capitalismo dependente, num contexto imperialista, requer que façamos algumas mediações, que vão desde a relação já mencionada por Fernandes (1973) sobre a união entre o arcaico e o moderno nas formações sociais até a especificidade do desenvolvimento capitalista no contexto brasileiro.

Behring (2008), ao analisar o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, traz importantes elementos de grandes pensadores sobre a formação social e econômica do Brasil. A autora destaca a forma como no Brasil, o “senhor colonial metamorfoseia-se em senhor-cidadão” por meio da consolidação do Estado brasileiro (BEHRING, 2008, p. 92).

Tal ponto necessita ser demarcado, pois, atenta para o fato de no Brasil as relações capitalistas terem sido introduzidas ainda sob vigência de um modelo colonial,

no qual: “O processo específico brasileiro (...) só é realmente impulsionado com a criação do Estado nacional” (BEHRING, 2008, p. 90). De acordo com Behring,

A economia colonial passou, portanto, por adaptações às condições internas de uma economia capitalista nacional. E, ao seu lado, constituiu-se um setor competitivo, bem como se configurou um novo estilo de vida, numa espécie de transplante cultural. Segundo Fernandes, ‘estamos diante de uma evolução histórica em que o ‘setor velho’ da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o ‘setor novo’. (1987:80-1). (BEHRING, 2008, p. 96).

Um importante elemento sobre este ponto é o fato das relações capitalistas se assentarem por meio da manutenção dos privilégios de estamentos coloniais. Florestan acrescenta ainda uma significativa marca da nossa formação social, a qual está no caráter *heteronômico; dependente*, isto é, no Brasil a economia volta-se para a exportação e estabelece uma relação dependente com os países imperialistas e o capital estrangeiro.

Importa destacar que a industrialização impulsionada em 1930 no governo Vargas, a partir de 1950 coloca-se como restringida, abrindo espaço para a industrialização pesada, o que implicará um *novo padrão de acumulação* (NETTO, 2011b, p. 20). Um ponto relevante trazido pela autora é a drenagem do excedente econômico para outros países, a fim de possibilitar a expansão do capitalismo nas economias centrais. Tal aspecto reitera a abordagem mencionada por Marini (2011 [1973]) no item anterior.

Ademais, este período integra um processo marcado pela *modernização conservadora* e pelo caráter autocrático burguês no Estado brasileiro. A “modernização” se constitui “não universalizando o trabalho livre e não integrando o mercado interno” (BEHRING, 2008, p. 103). Pelo contrário, ela cria/incorpora “relações sociais arcaicas ou atrasadas nos setores de ponta da economia” e intensifica as marcas já existentes de dependência no país (IAMAMOTO, 2010, p. 130).

Nesse contexto, o Estado brasileiro no período da ditadura terá como funcionalidade readequar o sistema capitalista brasileiro através da força e do aparato político-institucional “*em proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas*” (NETTO, 2011b, p. 27, grifos do autor). A ditadura empresarial-militar

instaurado teve por objetivo integrar os interesses imperialistas com as elites nacionais, para assim “criar uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar” (MARINI, 2013, p. 124).

Assim, para que o grande capital monopolista finque suas bases no Brasil e promova a consolidação do capitalismo monopolista, o Estado teve um papel crucial. De acordo com Netto (2011b):

O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a *reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (NETTO, 2011b, p. 27-28, grifos do autor).

Recorrendo às análises de Ianni (1989) no livro *Estado e Capitalismo*, percebemos que, ao discorrer sobre as medidas postas em prática naquele período, citadas acima na análise de Netto (2011b), há uma forte atuação do Estado enquanto mediador para a consolidação das condições gerais de acumulação em marcos monopolistas que reafirmem a dependência brasileira.

Isso significa dizer que o Estado revelou-se como:

um órgão de capitalização do excedente econômico (...) Isto é, ele estimula, dinamiza, propicia e controla, de conformidade com as forças produtivas e suas possibilidades, dentro dos quadros institucionais vigentes. Ao controlar as transferências para o exterior, ao elaborar mecanismos de poupança interna, ao estimular os investimentos produtivos, ou através de outros balizamentos, o governo está agindo na esfera (...) basicamente da acumulação de capital” (IANNI, 1989, p. 18)

Portanto, a consolidação do processo de concentração e centralização de capital no Brasil tornou-se possível por meio do Estado, ao proporcionar as condições necessárias para a acumulação de capital. O período de 1964 em diante, Ianni (2009) irá chamar de *estratégia de desenvolvimento associado*, o qual “continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um *capitalismo associado* como única alternativa para o progresso econômico e social” (IANNI, 2009, p. 287).

Para Netto (2011b), as ações do Estado brasileiro se efetivavam da seguinte maneira:

Ao Estado pós-64 cabia 'racionalizar' a economia: não somente criar o melhor quadro *legal-institucional* para a concentração e a centralização, mas ainda *induzi-las* mediante uma ação *interna* no processo de produção e acumulação. A política econômica estatal, em todos os seus níveis (dos dispositivos tributários, creditícios e financeiros à alocação de capitais diretamente para a produção), deveria voltar-se para acelerar o processo de concentração e centralização. (NETTO, 2011b, p. 30-31).

Seguindo a linha de raciocínio expressa acima pelo autor, podemos dizer que o período autocrático burguês brasileiro assumiu a tarefa de aprofundar as relações imperialistas do grande capital, tendo como foco reforçar o domínio de classe da oligarquia financeira internacional e nacional. Tal processo possuía o objetivo de dar "continuidade do desenvolvimento dependente e associado, acentuando a subalternidade da integração do país no sistema capitalista mundial" (NETTO, 2011b, p. 32).

Um ponto que merece destaque sobre esses processos é apresentado por Marini no texto *A dialética do desenvolvimento capitalismo Brasil*. O autor argumenta que esses processos foram baseados numa maior exploração das massas trabalhadoras nacionais em busca da extração de sobrelucro em cima da classe trabalhadora. Isso refletiu em baixos salários e na elevação do desemprego estrutural (2013, p. 131). Marini ainda destaca que tal momento da acumulação capitalista no Brasil fundamentalmente assentou-se na intensificação da superexploração da força de trabalho (2013, p. 132).

Esse elemento será de suma importância para compreendermos as alterações ocorridas na estrutura política e econômica do Brasil com a entrada da programática neoliberal e as contrarreformas realizadas no e pelo Estado (BEHRING, 2008).

Tal momento apresenta-se como crucial para entendermos como no capitalismo dependente a ação do Estado tem de ser extremamente forte para garantir a reprodução do capital.

2.2.2. A programática neoliberal e as alterações do Estado brasileiro

As mudanças ocasionadas no período de redemocratização do Brasil perpassaram um momento conturbado do ponto de vista político e econômico. A crise estrutural do capital dos anos 1970 e o neoliberalismo – mencionados no item 1.4 –,

refletiram drasticamente nos países latino-americanos. Sem a pretensão de conseguir esmiuçar e nos deter mais detalhadamente em todos os processos ocorridos neste período, tentaremos aqui costurar as imbricações dos processos citados anteriormente em escala mundial com suas manifestações numa economia dependente, aqui a brasileira.

Paulani (2008, p. 133), ao analisar o projeto neoliberal para a sociedade brasileira, argumenta que o final dos anos 1980 colocava como desafio o adentrar da programática neoliberal em contraposição às conquistas da Constituição Federal de 1988. Nela assegurou-se o modelo de Seguridade Social, fincada sobre o tripé: saúde universal, previdência e assistência social. Entretanto, necessitamos destacar que esse modelo não se efetivou no Brasil do modo como estava estabelecido na Carta Magna. Se em 1988 alcançamos na Constituição a garantia de importantes direitos para a classe trabalhadora, na década de 1990 e com as pressões para a adesão ao neoliberalismo, as conquistas ali presentes foram brutalmente atacadas. O período autocrático burguês criou as bases para o neoliberalismo, mas será a partir de 1989 nas eleições presidenciais que as pressões de fato aumentaram para promover a contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008).

De acordo ainda com Paulani (2008), o objetivo estava em inserir o Brasil na etapa de mundialização financeira. Entretanto, alguns entraves se apresentaram para que isso ocorresse de imediato. Os principais empecilhos para que o neoliberalismo adentrasse com força no Brasil estava na própria Constituição Federal de 1988, a qual possibilitava uma maior intervenção do Estado, inclusive no plano de controle sobre a movimentação do capital.

Para Paulani (2008, p. 133), na década de 1980 haviam quatro entraves para a inserção do país na plataforma de valorização financeira. O primeiro seria as altas taxas de inflação e “o caráter fortemente centralizado e regulado da política cambial de então”, onde a “valorização financeira alcançada não tinha a liberdade necessária para pôr-se a salvo”.

O outro empecilho, segundo a autora, residia na dificuldade de controlar os gastos do Estado. Tal elemento é de suma importância, pois, o caráter rentista da acumulação capitalista que tentava adentrar no Brasil, necessitava de um maior

controle da inflação, visto que “a confusão nos gastos públicos produzida pela alta inflação problematizava a extração de renda real” (PAULANI, 2008, p.133). Esse ponto merece atenção para o fato de no período da década de 1980 o país atravessar uma forte crise gerada pelo sistema da dívida pública, fruto do choque de juros dos Estados Unidos, nos países imperialistas. Seria necessário dar maior flexibilidade para o gasto dos recursos públicos e prioridade para o pagamento da dívida.

O terceiro ponto considerado entrave para a programática neoliberal estava nas conquistas sociais expressas na Constituição Federal de 1988. Elas representam para o grande capital financeiro um importante local de ataque, pois “a legislação então vigente punha à frente dos direitos dos credores financeiros os direitos dos empregados e os direitos do Estado” (PAULANI, 2008, p.133).

Congregado a isso, a questão previdenciária para esse setor também colocou-se como primordial para que o país adentrasse rapidamente a mundialização financeira. De acordo com a autora:

Nosso sistema previdenciário era marcado pelo regime de repartição simples, caracterizado pela solidariedade intergeracional e pela posição do Estado como seu principal autor. Esse sistema não combinava com os novos tempos – não só por conta do peso das despesas no orçamento público, como pela privação, sofrida pelo setor privado, de um mercado substantivo e promissor, até então monopolizado pelo Estado (PAULANI, 2008, p. 133).

Assim, em cada mandato presidencial “começando com Collor, atravessando o de Itamar e as duas gestões de FHC (...) quase todas as transformações necessárias para enfrentar esses obstáculos foram feitas, em conjunto com as privatizações e a abertura comercial” (2008, p. 134).

Para Paulani (2008, p. 131) a entrada do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990 representou a liberalização e desregulamentação econômica, assegurada na produção de bens de baixo valor e na utilização de mais-valia absoluta. Esse período foi caracterizado pela contradição exposta nos direitos sociais conquistados na Constituição Federal e a sua não efetivação devido a ofensiva neoliberal, que buscava a reorganização do Estado.

Behring (2008, p.173) ao analisar o projeto “social-liberal” que resultou nas contrarreformas do Estado brasileiro, destaca que a política social nesta concepção é totalmente deslocada: “os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão

contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas”, o que conduzirá a uma forte mercantilização dos serviços públicos brasileiros. A consequência de mercantilizar estes serviços está no ruir da concepção de direitos sociais, conquistados outrora pela classe trabalhadora e expressos na Constituição Federal de 1988.

Granemann (2007), ao analisar as políticas sociais brasileiras configuradas após este processo e a financeirização dos direitos sociais, aponta duas consequências: o primeiro seria a mercantilização dos direitos e das políticas sociais em serviços privados, e o segundo, está exposto na redução padronizada da proteção social, onde agora há uma monetarização dos benefícios. Portanto, necessitamos atentar para uma extensão da lógica financeira para a totalidade da vida social. Segundo a autora: “a cooperação entre a mercantilização dos serviços sociais e a monetarização da proteção social operada pelo Estado revela a redução do valor da força de trabalho, assim como o aprofundamento da taxa de exploração da classe trabalhadora” (2007, p.64).

Necessitamos também ressaltar o impacto destes processos sobre a classe trabalhadora. Iamamoto (2010) ao analisar a questão social no Brasil contemporâneo, argumenta que todas essas mudanças agravaram ainda mais algumas marcas estruturais de nossa desigualdade social. Num primeiro plano, as mudanças de reestruturação da indústria acabaram por reafirmar a nossa submissão aos grandes monopólios dos países imperialistas. Além de haver um forte incentivo aos investimentos especulativos em detrimento do ramo produtivo, “o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da *questão social* e da regressão das políticas sociais públicas” (2010, p. 142).

Sinteticamente, para a autora, e em concordância com demais aqui apresentados, a mundialização do capital contribui incisivamente no agravamento das expressões da questão social nas economias dependentes, onde “sob a órbita do capital, tornam-se objetos de ações filantrópicas [...], de ‘programas focalizados de combate à pobreza’, que acompanha a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos da sociedade civil” (IAMAMOTO, 2010, p. 155).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com o que foi exposto nos capítulos anteriores, percebemos que a acumulação capitalista requer cada vez mais a extração de mais-valor para a manutenção de uma lógica parasitária, rentista e que beneficie uma fração de classe, a oligarquia financeira. Para além disso, a crise estrutural do capital dos anos 1970 conduziu a uma série de mudanças no âmbito político, econômico, ideológico e social do modo de produção capitalista.

A busca pela retomada das altas taxas de lucratividade do capital e por um projeto hegemônico de dominação de classe eclodiu numa série de ofensivas contra as conquistas da classe trabalhadora. Os impactos destes processos refletiram de forma diferenciada entre os países inseridos nos circuitos imperialistas e aqueles que possuem como marco histórico de sua formação econômica a reiteração da dependência.

A inflexão causada pela necessidade do capital por uma valorização em escala mundial, assentado na realização de meios que possibilitem cada vez mais a mobilidade do capital financeiro, nos permite entender como o Estado, em marcos históricos determinados, atua de modo a garantir a reprodução ampliada do capital

Neste sentido, as discussões presentes neste trabalho servem como base para nossos estudos futuros, em que reiterando a abordagem de Harvey sobre a expropriação que vem ocorrendo no capitalismo contemporâneo, podemos aprofundar a análise de alguns aspectos que nos permitam elucidar algumas alterações na acumulação capitalista, tendo como foco o debate sobre a dívida pública.

Um importante elemento está em resgatar a acumulação primitiva analisada por Marx no capítulo XXIV d' *O Capital*, livro I, onde o autor discorre sobre a acumulação capitalista via regime da dívida pública e sistema tributário como forma de valorização do capital. O autor já demonstrava os possíveis rumos da forma pela qual a exploração sobre a força de trabalho se conforma no âmbito da expropriação e se espraia para todos os nexos da vida social.

A expropriação do trabalho via regime da dívida pública e tributação sobre o trabalho remete desde os primórdios da formação da sociedade burguesa, em alguns momentos, até mesmo é anterior a ela, como indica Marx sobre as origens do sistema

de crédito público em Gênova e Veneza, ainda na Idade Média, quando analisa a gênese do capitalista industrial.

Tal sistema de endividamento do Estado foi primeiramente consolidado na Holanda, o que representou, segundo o próprio autor a “marca sobre a era capitalista”, introduzindo assim, as relações sociais movidas estritamente pela égide do capital. Este marco traz junto consigo o desenvolvimento do senso de coletividade sobre a dívida pública, a qual, passa a ser colocada sob um misticismo de que “um povo se torna mais rico quanto mais se endivida” (MARX, I, [1867] 2014, p. 824).

É a partir desse princípio, que, como aponta n’ *O Capital*, em sua analogia com a teologia e o caráter irrefutável da fé: “O crédito público se converte no credo do capital. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública” (MARX, I,[1867] 2014, p. 824).

Para tanto faz-se necessário criar em torno da própria dívida um consenso que resulte na sua legitimação. O que está por trás do discurso de uma possível socialização dos recursos da riqueza nacional é a *aparência* do ônus da dívida de um modo coletivo. Soma-se a isso, o fato da dívida pública se tornar um importantíssimo fomento à acumulação de capital, atuando:

Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo (MARX, I, [1867] 2014, p. 824, grifos meus).

Para melhor compreensão desse processo, destacamos a análise de Brettas (2012, p. 97) ao apresentar a dívida pública como um elemento importante já na acumulação primitiva, “em virtude de suas características – aparentemente ‘mágicas’ –, que funcionam como um importante veículo de alavancagem”. O que a autora nos ajuda a compreender é que “a dívida pública vai aos poucos transformando-se em instrumento de uma ‘fada madrinha da acumulação’ dotando o dinheiro de uma capacidade criadora como se fosse uma varinha de condão”.

Isso permite demonstrar como a dívida pública passa a desempenhar um forte papel na acumulação capitalista. Na sua *aparência*, ela contribui para mistificar a ideia de um dinheiro que se autocria; que independe da produção, apresentando a ideia de que “cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu” (MARX, I, [1867] 2014, p. 825) já naquele momento de desenvolvimento capitalista. Esse ponto merece destaque para entendermos como em momentos históricos específicos o Estado atuará de diferentes formas para garantir a reprodução ampliada do capital.

Para além desses fatos, chama-se a atenção, para o papel que os bancos realizavam já naquela época, na qual, “se tornou, pouco a pouco, o receptáculo imprescindível dos tesouros metálicos do país e o centro da gravitação de todo o crédito comercial” (Idem, p. 825). A tendência apontada por Marx para esse movimento possui grande relevância. Como vimos nas análises mais aprofundadas de Lenin e Hilferding acerca da conformação do capital financeiro, percebemos que a acumulação de capital sofrerá bruscas alterações após os processos de concentração e centralização na fase dos monopólios.

Junto a isso, pode-se agregar o desenvolvimento do sistema internacional de crédito, isto é, o empréstimo de grandes somas de capital de um país para outro, o qual tem profunda imbricação com o sistema de endividamento dos Estados.

O autor acrescenta que “muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, era ontem, na Inglaterra, sangue infantil capitalizado” (MARX, I, [1867] 2014, p. 826), revelando o desconhecimento das fontes originárias desse capital, que por vezes, é fruto da acumulação primitiva de um ou outro país sob formas brutais de exploração da classe trabalhadora no setor produtivo.

Necessitamos ressaltar que Marx “nos lembra que esses recursos, por mais que pareçam brotar da esfera da circulação, advêm da produção” (BRETTAS, 2012, p. 98). Ademais, o desenvolvimento de tal sistema fundou-se sobre as bases de uma aliança com o moderno sistema tributário, o qual tornou-se um apêndice para a manutenção dos empréstimos de crédito aos Estados nacionais, visto que o aumento dos impostos cresce proporcionalmente com o aumento da dívida.

Por conseguinte, a perversidade dessa lógica já se evidenciava na acumulação primitiva do capital, uma vez que o aumento sucessivo de impostos sobre as dívidas

públicas, obrigava “o governo a recorrer sempre a novos empréstimos”, mostrando que a *“sobrecarga tributária não é, pois, um incidente, mas, antes, um princípio”* (MARX, I, [1867] 2014, p. 826, grifos meus).

Assim, fica demarcado já nos primórdios da origem do capital, o modo pelo qual se reafirmará a expropriação e exploração contemporânea, uma vez que, essa lógica, fundada num ciclo vicioso pautado no endividamento público incide diretamente sobre os meios essenciais de subsistência e sobre o fundo público.

Destaco ainda que a dívida pública no presente estágio imperialista, atualmente, na sua fase de alta financeirização e mundialização, coloca-se como um meio estrutural e de suma importância na reprodução ampliada do capital. Diferentemente do que ocorreu no período da acumulação originária do capital, onde serviu apenas como uma forma de impulsão, hoje ela possui uma expressiva centralidade na acumulação capitalista.

Esta reflexão é imprescindível para pensarmos como a dívida pública nos países de capitalismo dependente toma proporções estruturais para a garantia da acumulação em âmbito nacional e internacional. Isso pode ser melhor evidenciado quando analisamos como o Estado no capitalismo dependente necessita intervir muito mais do que nos países imperialistas ao desempenhar um papel mais complexo na economia (IANNI, 2009, p. 284).

A este Estado é imputada a recorrente função de “presidir os ‘grandes equilíbrios’ sob a vigilância estrita das instituições financeiras supranacionais, sem que desapareçam suas funções de regulação interna” (IAMAMOTO, 2010, p. 121). O que a autora está discorrendo ao abordar sobre os “grandes equilíbrios” é sobre os ajustes estruturais ocorridos após a crise da dívida pública nos países da América Latina no final da década de 1990.

Tal elemento é de suma importância para nós, pois, como foi elucidado no item 2.2, acerca da programática neoliberal e as alterações do Estado no contexto brasileiro, a contrarreforma é fruto dos ajustes estruturais que possibilitaram que o país adentrasse na mundialização financeira.

Em suma, a articulação aqui trazida sobre a dívida pública e a acumulação de capital é um tema que pretendemos aprofundar em estudos futuros, principalmente nos

marcos do capitalismo dependente. Essa articulação nos permite analisar como o Estado tem atuado diante das enormes disputas entre as diversas frações de classe em cima do fundo público, o qual tem contribuído em escala muito maior para a reprodução ampliada do capital do que para fortalecer os mecanismos que assegurem a consolidação de uma rede de proteção social no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rosseti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio (Orgs). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CARCANHOLLO, Marcelo. *O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência*. Revista Trabalho, Educação e Saúde: Rio de Janeiro, v.11, nº 1, p.191-205, janeiro/abril de 2013.

_____; AMARAL, Marisa Silva. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FORTI, Carla Ferreira; SCHERER, André Forti (Org.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas*. Lajeado: UNIVATES, 2005.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1973.

GRANEMANN, Sara. *Políticas Sociais e Financeirização do trabalho*. Revista Em Pauta: Rio de Janeiro, nº 20, p.57-68, 2007.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2013a.

_____. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2013b.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, [1910] 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IASI, Mauro Luis. *A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada*. Revista PRAIA VERMELHA: Rio de Janeiro, v. 19, nº 1, p. 25-40, junho de 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, [1917] 2012.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro, vol. I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

_____. O rendimento e suas fontes. A economia vulgar. In: *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, [1844] 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. *Uma face contemporânea da barbárie*. III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie. SERPA, Portugal, 31-31 de outubro e 1º de novembro de 2010. Disponível em <http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2010.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: _____ (org.). *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e Políticas Sociais na crise do capitalismo*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta. Introdução. In: _____(orgs.). *Rui Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de Economia Política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.